



CADERNOS lu●ppa

APRENDIZADOS DO 1º LAB

AMAZÔNIA

ORGANIZAÇÃO CADERNOS LUPPA

Curadoria e conteúdos

Juliana Tângari

Roberta Curan

Tárzia Medeiros

Thais Barreto

Francine Xavier

Revisão de texto

Bruce Scheidl

Maria Eduarda Lemos

Mônica Guerra

Projeto gráfico

Flavia Falcão

Ilustrações

Josélia Frasão

Diagramas no capítulo “Detalhando as atividades do 1 LUPPA LAB”

Reos Partners

Fotografias

acervo das Prefeituras de:

Anchieta/SC (págs 7, 10, 60)

Belém/PA (pág 64)

Brejo da Madre de Deus/PE (pág 11)

Caruaru/PE (pág 13)

Contagem/MG (pág 13)

Natal/RN (pág 54)

Rio Branco/AC (págs 3, 9, 16, 62)

Santarém/PA (capa e págs 24, 55, 91, 94)

JUNHO DE 2022

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

Idealização e realização

- Instituto Comida do Amanhã

Correalização

- ICLEI América do Sul

Parceria metodológica

- Reos Partners

Apoio

- Instituto Clima e Sociedade
- Instituto Ibirapitanga

Apoio institucional

- Alimentação Consciente Brasil
- Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Ambiente Alimentar e Saúde da Universidade Federal de Minas Gerais - GEPPAAS/UFMG
- Humane Society International
- Prefeitura de Belo Horizonte/MG
- Prefeitura de Curitiba/PR
- Prefeitura do Recife/PE



foto: prefeitura de Rio Branco

EQUIPE LUPPA

Coordenação geral

Juliana Tângari, Comida do Amanhã

Coordenação

Francine Xavier, Comida do Amanhã
Mônica Guerra, Comida do Amanhã
Rodrigo Perpétuo, ICLEI América do Sul
Elizabeth Moura, ICLEI América do Sul

Comunicação

Thais Barreto, Comida do Amanhã
Laura Guerra, Comida do Amanhã

Conteúdo, apoio operacional e relacionamento com cidades

Tárzia Medeiros, Comida do Amanhã
Bruce Scheidl, ICLEI América do Sul
Roberta Curan, Comida do Amanhã
Maria Eduarda Lemos, Comida do Amanhã

Apoio prospecção

Ana Vitória Wernke, ICLEI América do Sul
Armelle Cibaka, ICLEI América do Sul
Cibele Carneiro, ICLEI América do Sul
Leta Vieira de Souza, ICLEI América do Sul

Voluntários

Kamyla Borges
Luana Rocha
Melissa de Araújo
Olivia Honório
Renan Veloso

Facilitação gráfica

Josélia Frasão, Comida do Amanhã

Facilitação e apoio dos grupos de trabalho do LAB

Bruce Scheidl
Christel Scholten
Maria Eduarda Lemos
Elizabeth Moura
Francine Xavier
Guilherme Rodrigues
Juliana Tângari
Kamyla Borges
Luana Rocha
Melissa de Araújo
Mônica Guerra
Olivia Honório
Renan Veloso
Roberta Curan
Tárzia Medeiros



CIDADES DA AMAZÔNIA LEGAL



GLOSSÁRIO

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

CEACA - Central de Abastecimento de Caruaru

CEASA - Central de Abastecimento Alimentar
Sigla e denominação popular das centrais de abastecimento, que são empresas estatais destinadas a promover e organizar a comercialização atacadista de produtos da hortifruticultura em uma determinada região.

CADUnico - Cadastro Único do sistema de assistência social federal
Registro do governo federal que congrega dados das famílias de baixa renda no Brasil, mas é operacionalizado e atualizado pelas prefeituras municipais.

CMAUF - Centro Municipal de Agricultura Urbana e Familiar

Centro POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Criado em 2003 e extinto em 2019.

CAISAN - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Nos municípios, utiliza-se a mesma sigla para significar Câmara Intersecretarias (ou Intersetorial) de Segurança Alimentar e Nutricional.

Conselho de SAN - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional dos Municípios - cujas denominações e siglas oficiais variam entre CMSAN, COMSEA,

COMUSAN, etc. Por isso, preferiu-se nesta publicação designá-los indistintamente de Conselho de SAN.

EAN - Educação Alimentar e Nutricional

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Sigla e denominação popular das autarquias estaduais destinadas a promover a assistência técnica e extensão rural nos estados.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO - Agência das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (em sua sigla em inglês, Food and Agriculture Organization).
Sediada em Roma, Itália, mas com escritórios regionais inclusive no Brasil, compõe, junto com o FIDA e o PMA, as chamadas agências romanas da ONU.

FIDA - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola Agência da ONU sediada em Roma, Itália, com escritórios regionais.

LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional Tanto a União quanto estados e municípios devem editar sua própria LOSAN, como marco legal orientador de seu sistema de SAN (SISAN, SISAN estadual, SISAN municipal).

Pacto de Milão - Pacto de Milão para a Política de Alimentação Urbana, lançado em Milão, Itália, na Expo 2015. Não se trata de um compromisso obrigatório como os tratados internacionais, mas indica os compromissos voluntários de mais de 200 cidades signatárias ao redor do mundo com a agenda dos sistemas alimentares urbanos.

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar Gerido pelo Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação - FNDE.

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal.

PMA - Programa Mundial de Alimentos Agência da ONU sediada em Roma, Itália, com escritórios regionais.

ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável Metas acordadas pelos países membros das Nações Unidas em 2014, para serem alcançadas até 2030.

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SESC - Serviço Social do Comércio

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Quando reproduzido nos estados e municípios, referimos: "SISAN estadual"; "SISAN municipal".



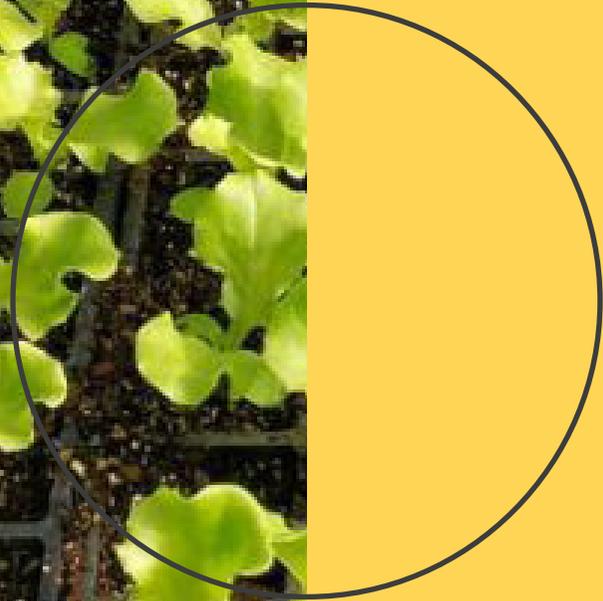
foto: prefeitura de Anchieta

ÍNDICE

- 9 APRESENTAÇÃO
- 11 COMO O LUPPA COMEÇOU?
- 16 PERFIL DAS CIDADES QUE ADERIRAM AO LUPPA EM 2021
- 24 DETALHANDO AS ATIVIDADES DO 1º LUPPA LAB
- 55 INICIATIVAS QUE INSPIRAM: PROGRAMAS DE REFERÊNCIA DAS CIDADES LUPPA
 - 57 Alvarães
 - 59 Belém
 - 61 Bragança
 - 63 Rio Branco
 - 65 Santarém
- 67 CONCLUSÃO



foto: prefeitura de Santarém



APRESENTAÇÃO

A Amazônia está no centro do debate internacional e nacional sobre mudanças climáticas. O aumento das taxas de desmatamento, verificado nos últimos anos, preocupa por seus impactos negativos sobre a proteção da biodiversidade e o equilíbrio climático global e regional.

Uma face igualmente preocupante da realidade amazônica, mas pouco conhecida, é o agravamento das condições de insegurança alimentar na região. Dados da Rede PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania de SAN - sinalizam que a proporção de domicílios nos estados da região Norte em situação de insegurança alimentar grave foi de 18% em 2020, o dobro da média nacional.

Esses dois problemas – a destruição da Amazônia e a fome de sua população – têm raízes muito semelhantes e que remetem ao modelo de exploração econômica, o qual é, ao mesmo tempo, excludente quanto aos benefícios que deixa

para a região e predatório quanto ao aproveitamento dos recursos e riquezas naturais.

Os caminhos de enfrentamento desses dois problemas perpassam por uma nova visão de desenvolvimento da Amazônia para a Amazônia, que priorize o bem-estar de sua população, compatibilizando desenvolvimento socioeconômico com sustentabilidade ambiental. E, para trilhar esses caminhos, o papel do Estado se faz fundamental, traçando e implementando políticas públicas aptas a controlar e punir ilegalidades, de um lado, e a promover práticas, ações e medidas que apontem para uma economia verde e inclusiva.

Destaca-se o papel dos municípios, enquanto entes do Estado que, por atuarem diretamente nas políticas de segurança alimentar e nutricional, têm a oportunidade de conciliar estas políticas com medidas que priorizam as ricas dietas locais, valorizam os alimentos da Amazônia, fomentam os produtores locais e as práticas

sustentáveis de produção, e, assim, conectam combate à fome com modelos de produção e consumo mais sustentáveis.

É neste contexto que esta publicação ganha relevância. Fruto de um intenso trabalho do LUPPA junto a algumas Prefeituras da região amazônica, este relatório condensa os principais resultados, análises e recomendações para que clima e alimentos se integrem de maneira positiva. Seu diferencial é que não só contribui para a ampliação do debate em torno do tema, como, principalmente, demonstra que o caminho da sustentabilidade é possível e viável.

Kamyla Borges

Instituto Clima e Sociedade



**COMO O LUPPA
COMEÇOU?**

O sistema alimentar mundial não vai bem. Os problemas são vários. Tendência crescente de fome e má nutrição, incluindo obesidade, emergência climática e impacto da produção agropecuária atingindo os limites planetários, acesso desigual a alimentos, principalmente a alimentos saudáveis, além de uma lista vasta de violações a direitos humanos, incluindo o direito à alimentação.

O que o mundo produz de alimentos é essencialmente consumido nas cidades. No entanto, um dos grandes desafios que as cidades enfrentam, especialmente as mais urbanizadas, é garantir sistemas alimentares sustentáveis e uma dieta saudável para todos os seus habitantes.

A forma como as cidades se alimentam pode transformar os sistemas alimentares e, ainda que as respostas e soluções possam vir de diversas fontes, é inegável a importância central da resposta dos governos. Por ser um direito, o acesso à alimentação precisa ser garantido por políticas públicas. E por ser uma

temática essencialmente transversal, políticas públicas alimentares devem envolver diversos setores e contar com participação social. Nesse sentido, tanto a gestão pública municipal quanto as organizações locais da sociedade civil são atores indispensáveis no ecossistema dessa transformação.

Por isso, idealizamos e desenhamos o Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares - LUPPA: com o objetivo de apoiar cidades pequenas e médias - de até 1 milhão e 500 mil habitantes - a desenvolverem suas políticas alimentares com uma visão ampliada e verdadeiramente intersetorial.

Em agosto de 2021, lançamos o primeiro edital de chamada de cidades participantes, junto com a chamada de cidades mentoras - cidades que têm políticas alimentares desenvolvidas há mais tempo e que aceitaram ser parceiras do projeto para transmitir conhecimento e experiências práticas às cidades interessadas em desenvolver suas estratégias



É PRECISO ORGANIZAR O SISTEMA ALIMENTAR NUMA LÓGICA DE GARANTIA DE PROMOÇÃO DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO, QUE É MAIS DO QUE ABASTECIMENTO, MAS A GARANTIA DO TRABALHO E DA RENDA, DA PRODUÇÃO DE COMIDA NA CIDADE



SÍLVIA RIGON

Membro do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Curitiba

municipais de Segurança Alimentar e Nutricional.

Aderiram ao projeto as seguintes cidades: Alvarães/AM, Anchieta/SC, Araraquara/SP, Belém/PA, Bragança/PA, Brejo da Madre de Deus/PE, Caruaru/PE, Contagem/MG, Florianópolis/SC, Jataúba/PE, João Pessoa/PB, Lajedo/PE, Maracanaú/CE, Natal/RN, Niterói/RJ, Petrolina/PE, Porto Alegre/RS, Rio Branco/AC, Rio Claro/SP, Sobral/CE, Santarém/PA, Teresina/PI e Vitória do Xingu/PA.

Como cidades mentoras, tivemos: Belo Horizonte/MG, Curitiba/PR e Recife/PE.

O LUPPA contou ainda com o apoio institucional do Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Ambiente Alimentar e Saúde da Universidade Federal de Minas Gerais - GEPPAAS/UFMG, da Humane Society International e do programa Alimentação Consciente Brasil; e teve metodologia codesenvolvida pela Reos Partners, consultoria focada em

mudanças sistêmicas e solução de desafios complexos.

A sociedade civil organizada de cada município selecionado foi chamada a participar, representada através de seus conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional, quando instalados, ou outro conselho afim ao tema da alimentação, na ausência do Conselho de SAN.



foto: prefeitura de Contagem e Caruaru

Já as prefeituras foram convidadas a participar via representantes de diferentes secretarias, indicados por cada município. No grande grupo de trabalho do LUPPA há, por exemplo, gestoras e gestores ligados às áreas de assistência social, agricultura, hortas urbanas, meio ambiente, alimentação escolar, abastecimento, planejamento, urbanismo, saúde, etc. A diversidade de pastas é essencial ao projeto, daí porque não é definido de antemão uma única pasta como ponto focal necessário para o LUPPA. Cada cidade define a sua porta de entrada, de acordo com o seu contexto específico.

Para preparar as atividades e conteúdos do LAB - customizado em função das cidades participantes - conduzimos entrevistas exclusivas com os pontos focais indicados pela prefeitura de cada uma das 23 cidades. Nessas entrevistas buscamos levantar os interesses, desafios, conquistas e trajetórias dos programas voltados para o sistema alimentar, além de uma introdução ao mapeamento de atores do

sistema alimentar de cada cidade. Após as entrevistas, enviamos a cada prefeitura uma planilha de diagnóstico do sistema alimentar, com vistas tanto a apurar dados mais detalhados quanto a sugerir um primeiro exercício de atenção intersetorial dessas equipes sobre as temáticas que envolvem o que chamamos de sistema alimentar.

Concomitante à construção programática do primeiro LAB, realizamos uma série de 5 seminários abertos ao público em geral - LUPPA WEB - apresentados ao vivo, e disponibilizados no canal do Youtube do Instituto Comida do Amanhã, para acesso irrestrito. Em cada seminário, um tema atual e desafiador para os sistemas alimentares urbanos foi apresentado por uma/um especialista, estimulando o debate que se seguia com gestores de uma ou duas cidades convidadas a compartilhar suas experiências naquele tema.

“

ALÉM DA FOME, EXISTE TAMBÉM UM GRAVE PROBLEMA NUTRICIONAL COM A OPÇÃO POR ALIMENTOS MAIS BARATOS E ULTRAPROCESSADOS AO INVÉS DE ALIMENTOS MAIS SAUDÁVEIS E IN NATURA. ISSO ESTÁ LEVANDO A UM AUMENTO GRAVE DA OBESIDADE E OUTRAS DOENÇAS ASSOCIADAS À MÁ NUTRIÇÃO

”

JOSÉ GRAZIANO DA SILVA

ex-Diretor-geral da FAO e atual
Diretor-geral do Instituto Fome Zero

De agosto a outubro de 2021, falamos de:

- políticas alimentares integradas para cidades resilientes, com João Intini da FAO Américas, e entrevista com Luiz Gusi, Secretário de Segurança Alimentar de Curitiba, e Silvia Rigon, do Conselho de SAN de Curitiba;
- cidades, comida e resiliência climática, com Sophia Picarelli do ICLEI América do Sul, e entrevista com Adriana Figueira, Secretária de Agricultura Urbana do Recife, seguida de painel sobre a Declaração de Glasgow para Alimentação e Clima com participação de Cecília Delgado, da Universidade Nova de Lisboa e da cidade de Mértola, Portugal;
- acesso à alimentação saudável e territórios urbanos vulneráveis, com José Graziano da Silva do Instituto Fome Zero, e entrevista com Cida Miranda, Superintendente de Segurança Alimentar e Agroecologia

de Contagem, e Raul Gonçalves, Coordenador de Segurança Alimentar e Nutricional de Maracanaú;

- abastecimento alimentar urbano com Manuela Santos do Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV, seguido de entrevista com Lia Palm, gestora do projeto Ligue os Pontos da Prefeitura de São Paulo;
- segurança alimentar e alimentação escolar na rede pública, com Thais Salema, do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (CECANE-UNIRIO), e entrevista com Vanda Maia, coordenadora da alimentação escolar de Santarém.



VAMOS CONTINUAR LUTANDO POR UMA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE QUALIDADE E POR UMA EDUCAÇÃO ALIMENTAR NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SANTARÉM. SE UM ALUNO ESTÁ BEM ALIMENTADO, SUA QUALIDADE DE VIDA E O SEU APRENDIZADO ESTÃO GARANTIDOS, E ELE TERÁ UM FUTURO MELHOR



VANDA MAIA

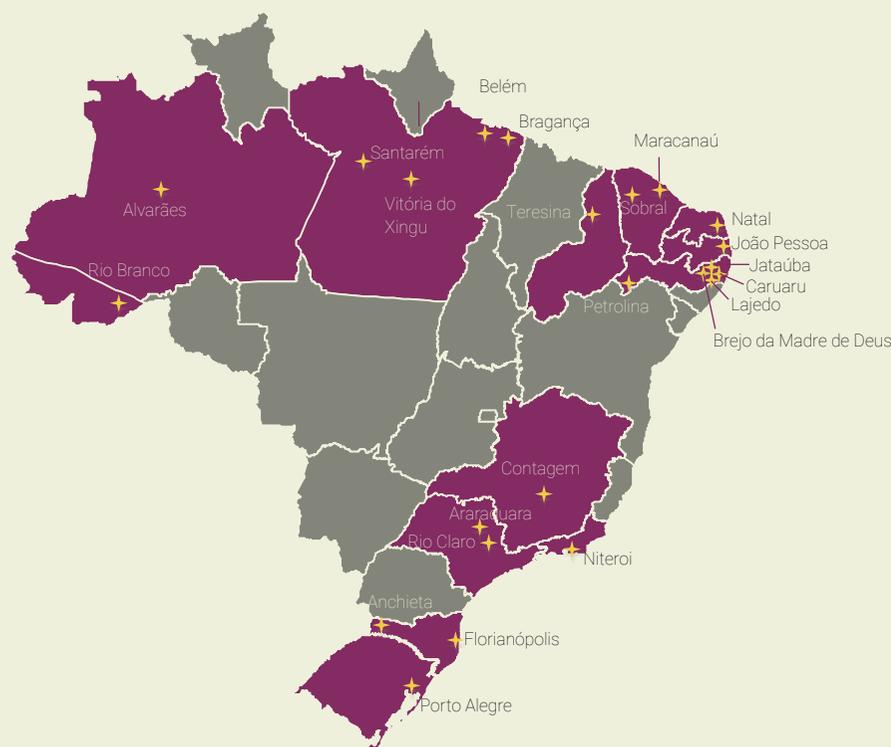
Coordenadora do Núcleo Técnico de Alimentação Escolar da Secretaria de Educação de Santarém – PA



**PERFIL DAS CIDADES
QUE ADERIRAM
AO LUPPA EM 2021**

Antes de relatar as atividades desse primeiro laboratório, é interessante apresentar um perfil das cidades amazônicas que aderiram ao LUPPA e o resultado geral da primeira fase de levantamento de informações das cidades, realizada tanto a partir de um questionário preliminar preenchido por cada município candidato ao projeto, quanto a partir das entrevistas conduzidas após sua adesão ao LUPPA.

As cidades participantes do LUPPA, sem considerar as cidades mentoras, estão localizadas em 13 (treze) estados brasileiros, sendo 7 (sete) capitais de estado. Na região da Amazônia Legal - que abrange a região Norte, parte do Nordeste e parte do Centro-Oeste - encontram-se 6 (seis)



cidades. Do Nordeste, temos 10 (dez) cidades, e da região Centro-Sul são 7 (sete), sendo 4 (quatro) do Sudeste e 3 (três) do Sul.

A população total dessas cidades abrange quase 10.000.000 (dez milhões) de habitantes, considerando a estimativa IBGE para 2021. Dessas, 6 cidades estão na categoria de até 100 mil habitantes, 11 cidades com população entre 100 mil e 600 mil habitantes, 4 cidades com população entre 600 mil e 1 milhão de habitantes, e 2 cidades com 1,5 milhão de habitantes aproximadamente, que era o tamanho limite para participação no projeto. As 15 cidades dos dois grupos intermediários, juntas, somam quase 7 milhões de pessoas.

POPULAÇÃO BASEADA NA PROJEÇÃO IBGE PARA 2021 - 1ª EDIÇÃO



Fontes: IBGE, Luppa, Comida do Amanhã

Um outro dado que levantamos foi o percentual de população beneficiada pelo Bolsa Família ou inscrita no Cadastro Único do governo Federal, no mês de setembro de 2021, conforme dados extraídos da respectiva página eletrônica do Ministério da Cidadania (Cad Único)¹. No grupo de cidades participantes do LUPPA, todas as cidades do Centro-Sul tinham 10% ou menos da população inscrita no Cad Único no início do projeto. Das cidades do Nordeste, 3 possuíam mais de 40% da população no Cad Único, e as demais continham percentuais que variavam entre 11 e 39%. Cenário semelhante ao da Amazônia, com 2 cidades acima de 40% da população com benefícios sociais e 4 cidades com percentuais variando entre 11 e 39%.

Considerando a estrutura de governança de SAN² de cada município, tema bastante caro ao LUPPA, apuramos 6 fatores: (i) instalação de Conselho de SAN, (ii) instalação de CAISAN, (iii) existência de marco legal de SAN, (iv) adesão ao

SISAN, (v) realização de Conferência de SAN nos últimos quatro anos, e (vi) elaboração de Plano de SAN.

Desde 2002, houve no Brasil um incentivo à instalação dos Conselhos de SAN, por isso, era de se esperar que houvesse uma proporção considerável de Conselhos instalados. No entanto, as demais estruturas foram nacionalmente desenhadas no âmbito da Lei Federal nº 11346 de 2006, a LOSAN nacional, que ao instituir o SISAN como um sistema de adesão voluntária, não obrigou a criação dessas estruturas em âmbitos estadual e municipal, mas as incentivou através da facilitação de acesso a recursos federais. Além disso, o levantamento que o então Ministério do Desenvolvimento Social realizava frequentemente até 2018 (Mapa SAN)³, apontava em sua última edição, que menos de 1% dos municípios brasileiros haviam elaborado seus Planos de SAN.

Assim, em uma constatação inicial, encontramos aquilo que de certa forma já era esperado:

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA



23 cidades participantes

18 cidades
CONSELHO DE SAN

12 cidades
CAISAN

11 cidades
MARCO LEGAL DE SAN

10 cidades
ADESÃO AO SISAN

8 cidades
CONFERÊNCIA DE SAN RECENTE

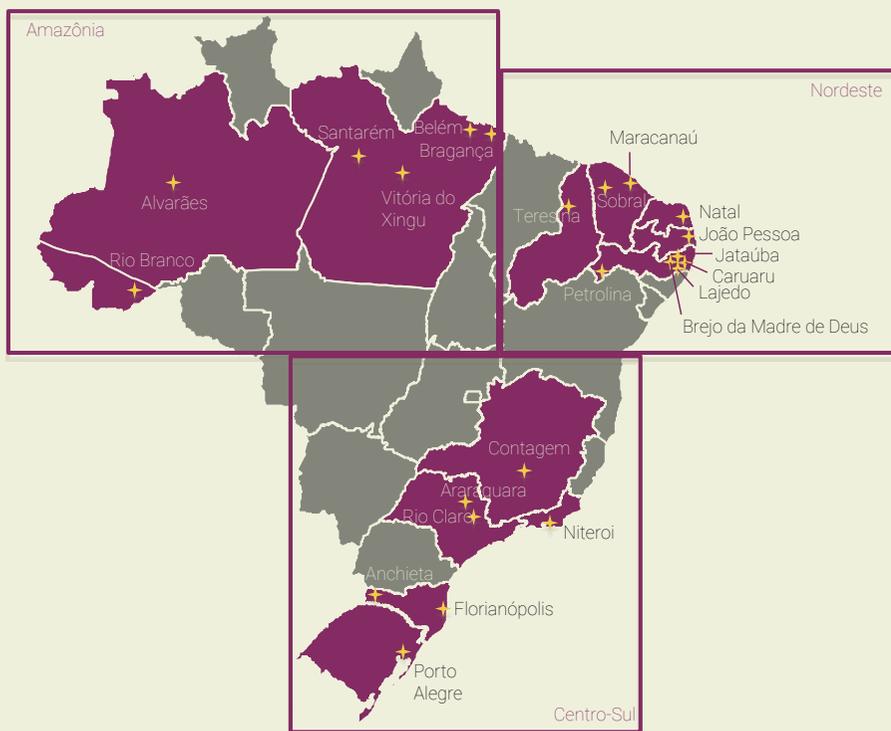
5 cidades
PLANO DE SAN

¹ <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/bolsafamilia/index.html>

² Confira Glossário para siglas utilizadas a seguir.

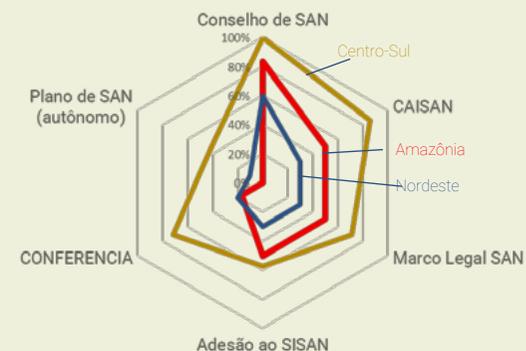
³ Confira em <https://dados.gov.br/dataset/mapeamento-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>

Ao fazermos o recorte regional das cidades, utilizando as 3 macrorregiões econômicas - ou regiões geoeconômicas - do Brasil segundo o IBGE (Nordeste, Amazônia e Centro-Sul), encontramos que as cidades das regiões Nordeste e Amazônia praticamente acompanham a tendência da totalidade do grupo, sendo que na região Centro-Sul há uma presença maior de cidades com estruturas como Conselho de SAN, CAISAN e marco legal de SAN, assim como maior adesão ao SISAN. O grupo de cidades da Amazônia apresenta, proporcionalmente, um cenário mais consolidado de estruturas de governança quando comparado ao grupo do Nordeste. Já a realização de Conferências de SAN destaca-se muito mais nas cidades do Centro-Sul que nas demais regiões.



	Macrorregião		
	Amazônia	Nordeste	Centro Sul
Conselho de SAN	5	6	7
Câmara Intersecretarias CAISAN	3	3	6
Margem Legal SAN	3	3	5
Adesão ao SISAN	3	3	4
Conferência SAN (pós 2018)	1	2	5
Plano SAN autônomo	0	1	3
Total Cidades	6	10	7

LUPPA 1ª EDIÇÃO: SITUAÇÃO POR MACRORREGIÃO



Fonte: IBGE, Respostas das cidades:
Questionário LUPPA.

Ao se candidatarem, as cidades identificaram ainda, dentro de uma lista de 22 itens, quais aqueles que correspondiam a programas em que tinham interesse em implementar ou fortalecer no curto prazo. As opções eram:

- 1** Compra direta da agricultura familiar para a alimentação escolar
- 2** Alimentação escolar durante aulas suspensas: entregas de kits contendo itens da produção familiar
- 3** Cardápio da alimentação escolar com redução de ultraprocessados
- 4** Cardápio da alimentação escolar com redução de carne vermelha
- 5** Proibição de venda de bebidas açucaradas nas escolas
- 6** Educação alimentar e nutricional contendo aspectos culturais
- 7** Hortas escolares
- 8** Hortas comunitárias
- 9** Banco de mudas e/ou sementes para a agricultura urbana e periurbana
- 10** Incentivo fiscal para agricultura urbana e periurbana
- 11** Assistência técnica aos produtores familiares do município
- 12** Assistência técnica de transição agroecológica e orgânica aos produtores familiares do município
- 13** Valorização da produção de alimentos nativos da região
- 14** Feiras livres de alimentos frescos ou artesanais
- 15** Feiras livres de alimentos orgânicos ou agroecológicos
- 16** Feiras livres de produtores rurais da região
- 17** Mercado municipal de produtos frescos ou artesanais locais
- 18** Combate à perda e desperdício de alimentos
- 19** Compostagem de resíduos orgânicos
- 20** Banco de alimentos
- 21** Cozinhas comunitárias
- 22** Restaurante popular

Ressaltamos que as informações analisadas foram extraídas das respostas apresentadas pelo município na realização de sua candidatura. Tendo isso em conta, vejamos os elementos mais importantes.

Os campeões de interesse da região Amazônica foram os programas de bancos de mudas e sementes para agricultura urbana, assim como incentivo fiscal à agricultura urbana, redução de ultraprocessados na alimentação escolar e educação alimentar e nutricional.

Quando feito a comparação com as demais regiões do grupo de cidade do LUPPA, encontramos algumas diferenças interessantes, por exemplo:

- Programas voltados à valorização da produção de alimentos nativos da região são de baixo interesse para as cidades da Amazônia - ao menos no momento de adesão ao LUPPA - ao contrário do que ocorre para as cidades do Centro-Sul, onde ocupa o primeiro lugar.
- Nas cidades da Amazônia, apesar de indicarem um forte interesse por bancos de mudas e sementes para a agricultura urbana e incentivo fiscal para agricultura urbana, parece haver bem menor interesse pelos programas de hortas comunitárias, ao contrário de hortas escolares, que são mais bem apreciadas.
- Uma outra diferença de tendência com relação à totalidade do grupo, é que as cidades da Amazônia têm mais interesse por feiras livres convencionais do que por feiras de alimentos orgânicos ou agroecológicos, numa ordem inversa de interesse quando avaliado o grupo total de cidades.
- Compra direta da agricultura familiar para a alimentação escolar parece ser de menor interesse para o grupo da Amazônia, mas a proibição de venda de bebida açucarada nas escolas recebe um valor bem maior em cidades da Amazonia - e do Centro-Sul - do que em cidades do Nordeste.

PROGRAMAS DE INTERESSE POR MACRORREGIÃO

ordem do número de menções

Tema	Todas	Grande região		
		Amazônia	Centro-Sul	Nordeste
Compostagem de resíduos orgânicos	1	5	1	3
Educação alimentar e nutricional contendo aspectos culturais	2	2	3	5
Hortas comunitárias	2	14	4	1
Hortas escolares	2	5	4	2
Banco de mudas e/ou sementes para a agricultura urbana e periurbana	5	1	4	9
Combate à perda e desperdício de alimentos	5	5	4	3
Cardápio da alimentação escolar com redução de ultraprocessados	7	2	4	9
Incentivo fiscal para agricultura urbana e periurbana	7	2	13	5
Valorização da produção de alimentos nativos da região	7	14	1	9
Assistência técnica aos produtores familiares do município	10	5	13	5
Cozinhas comunitárias	10	5	13	5
Assistência técnica de transição agroecológica e orgânica aos produtores familiares do município	12	5	13	9
Feiras livres de alimentos orgânicos ou agroecológicos	12	14	4	9
Proibição de venda de bebidas açucaradas nas escolas	12	5	4	16
Restaurante popular	12	14	4	9
Compra direta da agricultura familiar para a alimentação escolar	16	14	4	16
Banco de alimentos	17	14	19	9
Cardápio da alimentação escolar com redução de carne vermelha	17	14	13	16
Feiras livres de alimentos frescos ou artesanais	17	5	13	21
Alimentação escolar durante aulas suspensas: entregas de kits contendo itens da produção familiar	20	5	19	21
Feiras livres de produtores rurais da região	20	14	19	16
Mercado municipal de produtos frescos ou artesanais locais	20	14	19	16

Conforme indicado na candidatura / formulário de inscrição LUPPA (respostas em múltipla escolha)

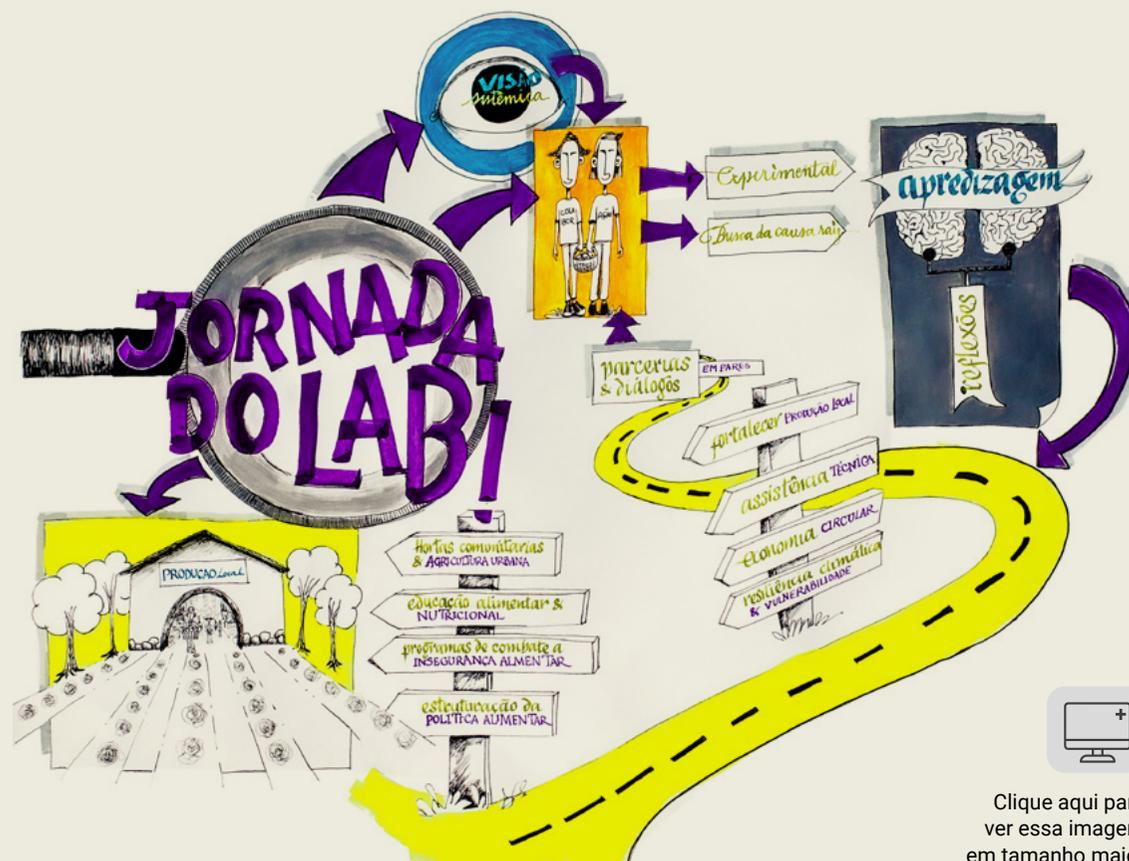


**DETALHANDO
AS ATIVIDADES
DO 1º LUPPA LAB**

ABERTURA

Demos início ao primeiro LAB do LUPPA no dia 10 de novembro de 2021, para trilhar uma jornada de aprendizagem de caminhos para o desenvolvimento sustentável e a garantia do direito humano à alimentação saudável.

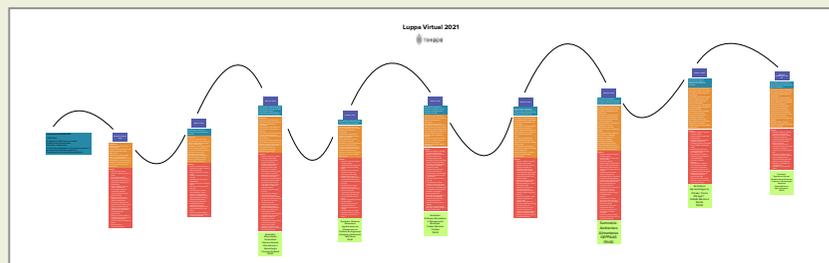
Os trabalhos foram divididos em duas jornadas: uma “jornada metodológica para mergulhar na compreensão e mapeamento dos sistemas alimentares municipais, identificando desafios, áreas de impacto, alavancas de mudança e construção de projetos norteadores da rota da transformação; e uma jornada temática”, baseada nos principais temas identificados nas entrevistas iniciais conduzidas com cada cidade, que foram objeto das sessões de partilha de experiências.



Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior

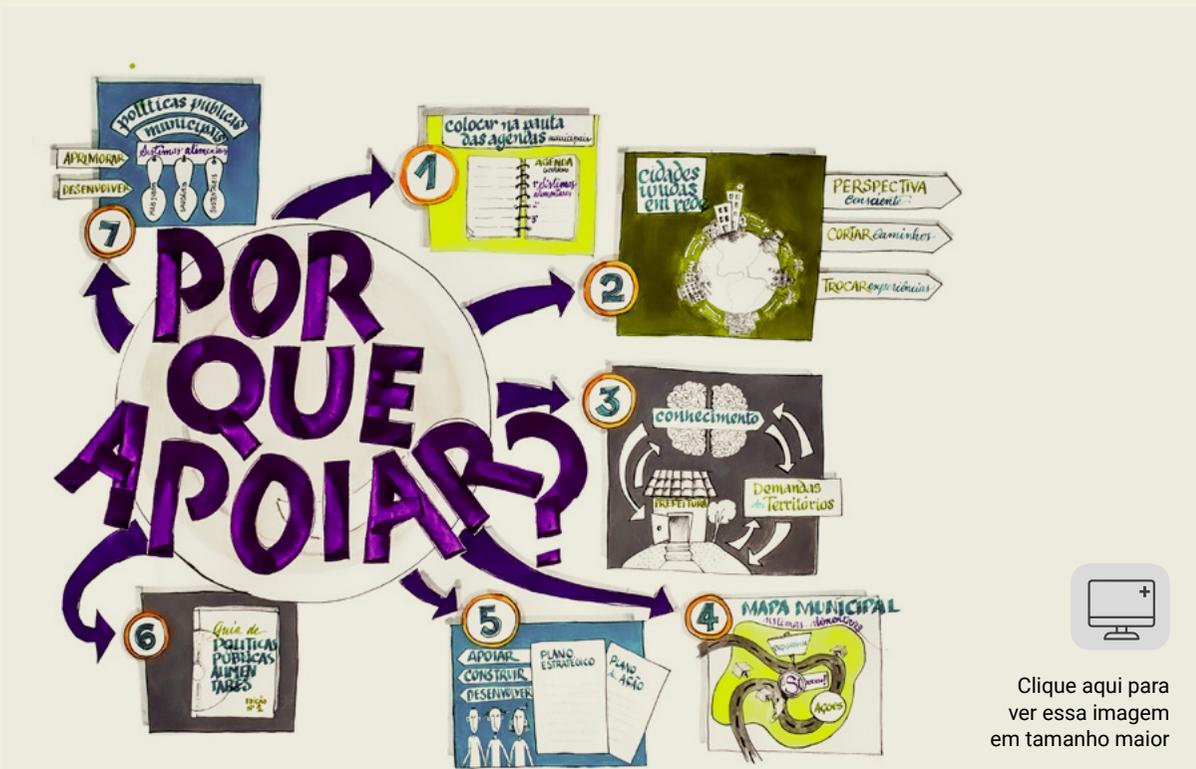


Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior



O desenho dos encontros priorizou o uso de dinâmicas bastante participativas, viabilizando o diálogo sobre os desafios e as conquistas das cidades participantes, o compartilhamento de experiências e dificuldades, e a troca sobre temáticas e processos que fazem parte da construção dos sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis.

A sessão de abertura celebrou a adesão das 23 cidades ao LUPPA e o apoio dos parceiros ao projeto. Apresentamos a metodologia de trabalho para as 8 oficinas seguintes, detalhamos as dinâmicas e os participantes tiveram a oportunidade de começar a se conhecerem.



Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior

“

SÓ TENHO A AGRADECER POR ESSA MANHÃ MARAVILHOSA DE 10 DE NOVEMBRO, POIS TIVEMOS A ALEGRIA DE COMPARTILHAR. ISSO É O LUPPA! O TAMANHO DA SATISFAÇÃO DE CADA MUNICÍPIO QUE ESTÁ REPRESENTADO, DE PODER MOSTRAR UM POUCO DA SUA DIFICULDADE, DA AJUDA QUE PODE DAR PARA O OUTRO, ISSO É EMPATIA. NO AMBIENTE ESCOLAR SÃO 200 DIAS LETIVOS. E NOS OUTROS 165 DIAS DO ANO? [...] MUITOS PAIS MANDAM OS ALUNOS PARA A ESCOLA [...] PARA BUSCAR NA ESCOLA O ALIMENTO QUE ELE NÃO TEM EM CASA. ISSO NOS MOVE, NOS DÁ FORÇA, NOS DÁ CORAGEM, NOS DÁ A OPORTUNIDADE DE LUTAR CADA DIA MAIS POR UM SISTEMA QUE POSSA MELHORAR A CONDIÇÃO DE VIDA DESSAS CRIANÇAS. [...] QUEM TEM FOME, TEM PRESSA.

”

VANDA MAIA

representante da prefeitura de Santarém - PA



Clique aqui para
ver essa imagem
em tamanho maior

“

ESTOU MUITO EMOCIONADA COM TODOS ESSES DEPOIMENTOS E COM ESSA POTÊNCIA QUE ESTAMOS VIVENCIANDO AQUI NESTA MANHÃ. E UMA COISA ME CHAMOU A ATENÇÃO: UM FÓRUM DE MULHERES! MULHERES DE TODAS AS RAÇAS, CORES, DE TODAS AS PROFISSÕES REUNIDAS EM TORNO DE UM TEMA TÃO IMPORTANTE COMO A ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E PARA A SAÚDE. OUTRA FALA QUE ME CHAMOU A ATENÇÃO FOI A DE UMA AGRICULTORA DE SANTA CATARINA, DE UMA COOPERATIVA, QUE DISSE QUE ALI É A CAPITAL NACIONAL DAS SEMENTES CRIOLAS. A SEMENTE É A ORIGEM DE TUDO. PARA PENSAR EM UM SISTEMA ALIMENTAR RESILIENTE E SUSTENTÁVEL, É PRECISO RESGATAR A SEMENTE, É PRECISO RESGATAR O SABER DOS POVOS

”

CIDA MIRANDA

representante da prefeitura Contagem - MG

A PARTIR DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2021, CADA OFICINA (SEMPRE NO FORMATO VIRTUAL) SEGUIU O SEGUINTE DESENHO:

abertura com uma fala
de inspiração;

resgate da oficina
anterior a partir da
facilitação gráfica;

dinâmica de grupos
paralelos para
atividade da jornada
metodológica com
ensinamentos
sobre mapeamento
sistêmico;

chamada para o
debate com uma fala
introdutória sobre
a temática central
dada por uma/
um especialista
convidada/o;

dinâmica de grupos
paralelos para troca de
experiências acerca da
temática central;

colheita em plenária,
com todos na mesma
sala, sobre os pontos
mais relevantes das
trocas.

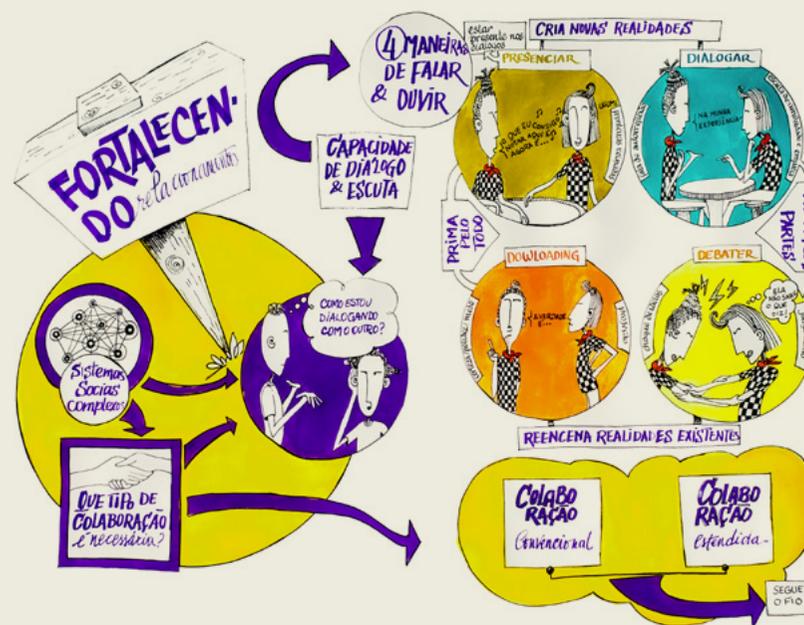


DIA #1

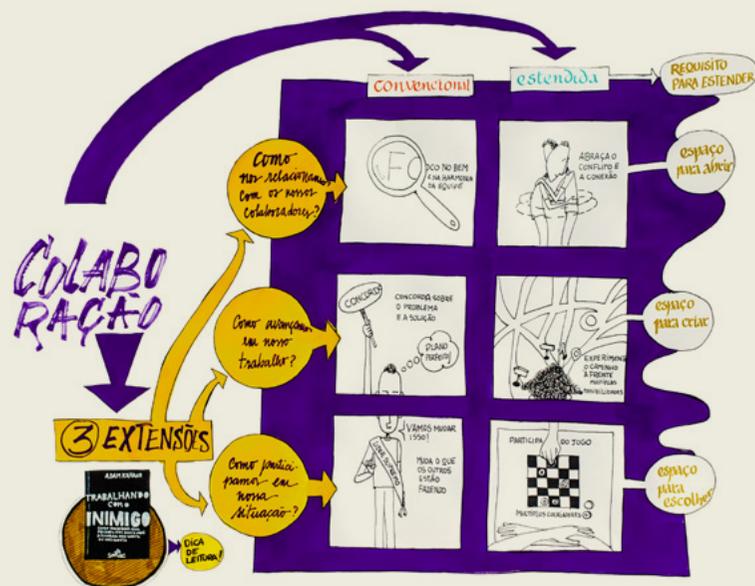
Na primeira oficina conversamos sobre fomento à produção local diversificada de alimentos. Usamos esse momento para trocar experiências sobre compras públicas, equipamentos multifuncionais de abastecimento e segurança alimentar, feiras e possibilidades da economia solidária.

Nossa agenda se iniciou com uma Pílula de Inspiração em que recebemos a Chef Teresa Corção, designer e fundadora do Instituto Maniva, ONG pioneira em trabalhar a gastronomia como instrumento de transformação social.

Em nossa jornada metodológica, trabalhamos os mecanismos de colaboração estendida e iniciamos a compreensão das técnicas necessárias para promover mudanças em sistemas sociais complexos.

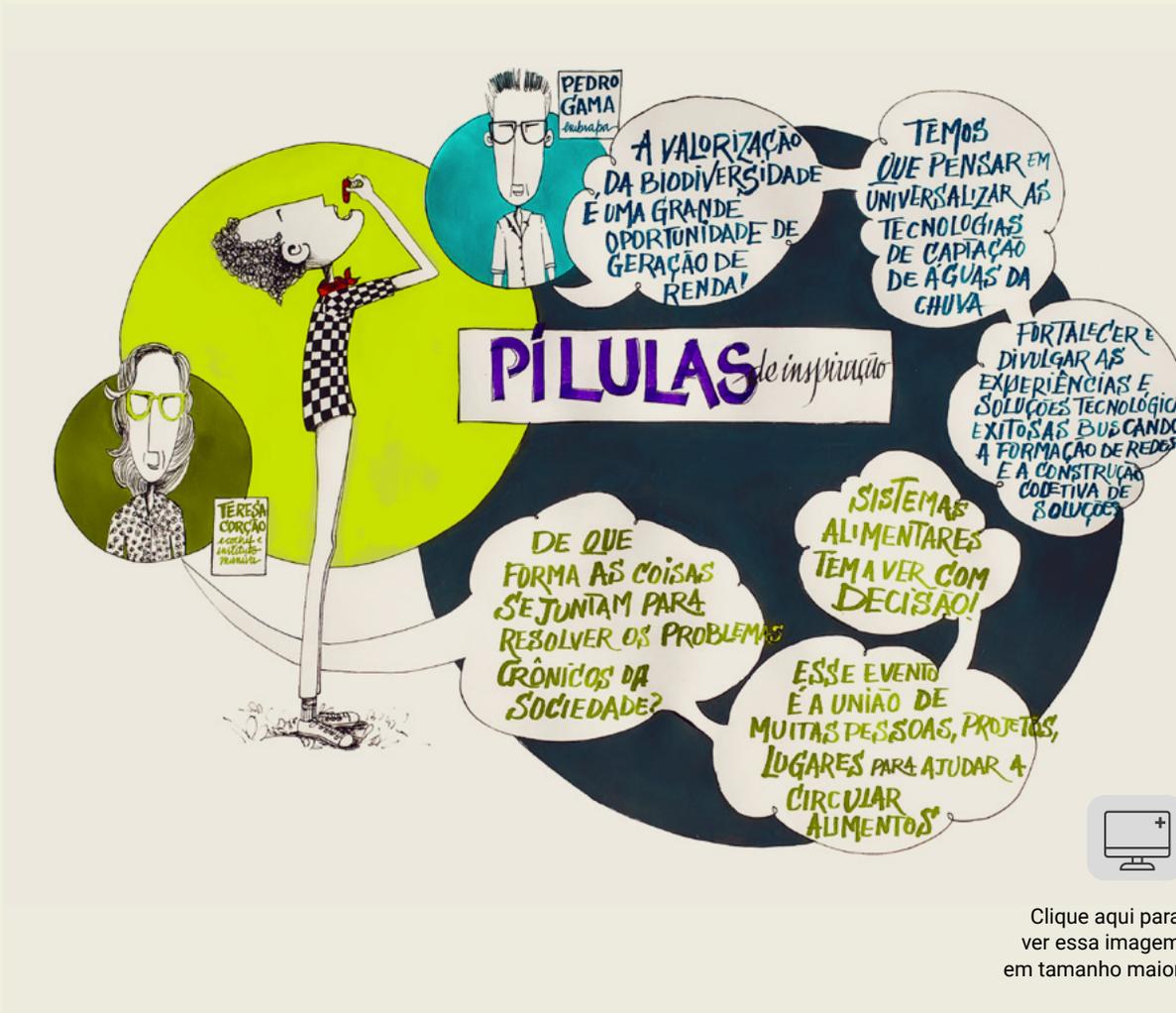


Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior



Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior

E debatemos sobre como governos municipais podem fomentar uma produção local e diversificada de alimentos. Para fazer a Chamada para o Debate, recebemos Pedro Gama, pesquisador da Embrapa Semiárido, em Petrolina-PE.



Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior

“

O APRENDIZADO QUE LEVO É QUE, APESAR DE SERMOS UM PAÍS CONTINENTAL, OS PROBLEMAS QUE NOS AFETAM AQUI, TAMBÉM AFETAM OUTROS LUGARES. APRENDEMOS HOJE A RESGATAR O SENTIMENTO DO QUE É ESTAR NA PELE DO OUTRO E ENTENDER DE QUE FORMAS PODEMOS ESTAR CONSTRUINDO PARA RESOLVER PROBLEMAS. A TROCA É MUITO IMPORTANTE, SAIO MAIS FORTALECIDO

”

OSCAR PELLICOLI

representante da prefeitura de Porto Alegre - RS

DIA #2

Na segunda oficina trabalhamos o conceito de mapeamento sistêmico e discutimos como o poder público municipal pode ajudar a fortalecer a produção local diversificada de alimentos por meio de programas de assistência técnica, capacitação em boas práticas e apoio à transição agroecológica, levando em conta experiências de agricultura e pecuária familiar, pesca artesanal e agricultura de comunidades tradicionais.

Para trazer uma Pílula de Inspiração convidamos Ana Cláudia Torres, integrante do Grupo de Pesquisa em Territorialidades e Governança Socioambiental na Amazônia e Coordenadora do Programa de Manejo e Pesca do Instituto Mamirauá para falar sobre a experiência com o pirarucu de manejo e como isso impactou a comunidade e o território.

A Chamada para o Debate foi feita pelo geógrafo Arpad Spalding, coordenador de projetos do instituto Kairós e integrante do grupo executivo do protocolo de transição agroecológica do Estado de São Paulo.

PILULAS de inspiração

ANA CLÁUDIA TORRES
Instituto Mamirauá

ARPAD SPALDING
Instituto Kairós

“O QUE MAIS NOS ORGULHA É QUE UMA EXPERIÊNCIA QUE COMEÇOU TÃO PEQUENA, HOJE ESTÁ PRESENTE EM TODOS OS ESTADOS DA REGIÃO NORTE E AÍE EM OUTROS PAÍSES!”

“COMO SERES HUMANOS SOMOS CAPAZES DE MUDAR NOSSA REALIDADE!”

“A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS PROJETOS DE SISTEMAS ALIMENTARES É IMPORTANTE EM TERMOS ORGANIZACIONAIS E DE OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS!”

“O MAIOR DESAFIO FOI SAIR DE UM CENÁRIO DE ESCASSEZ DO PIRARUCU PARA UMA SUPERPOPULAÇÃO 22 ANOS DEPOIS!”

“PENSAR EM DESENVOLVIMENTO COM BONS SÓCIEDADES E PRODUTOS ALIMENTARES COM QUALIDADE!”

“É IMPORTANTE E POSSÍVEL COMPARTILHAR ESSA METODOLOGIA DE PROCESSO DE TRANSIÇÃO PARA PRODUÇÃO ORGÂNICA!”

“TODAS AS CRIANÇAS QUE NÃO SÃO EXCLUSIVAMENTE RURAIS, TEM O DESAFIO DE COMO LIDAR COM A ZONA RURAL, QUE TEM O PAPEL IMPORTANTE NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS, E A MELHOR FORMA DE DESENVOLVER ESSE EMPÍO É COM A AGRICULTURA E A AGRICULTURA ORGÂNICA!”

“O AGRICULTOR NORMAL TEM MUITA DIFICULDADE E RECEIO DE FAZER O PROCESSO DE TRANSIÇÃO PARA A AGRICULTURA!”

“É IMPORTANTE CRIAR CENÁRIOS DE PRODUTOS QUE ESTEJAM DE ACORDO COM O QUE ESTÁ SENDO PRODUZIDO!”

“QUANDO VOCÊ DÁ UM CERTIFICADO DE PRODUTO EM TRANSIÇÃO, É POSSÍVEL, ATRAVÉS DE LEIS, RECONHECER ESSE AGRICULTOR E DAR ESPAÇO DE COMERCIALIZAÇÃO PARA ELE.”

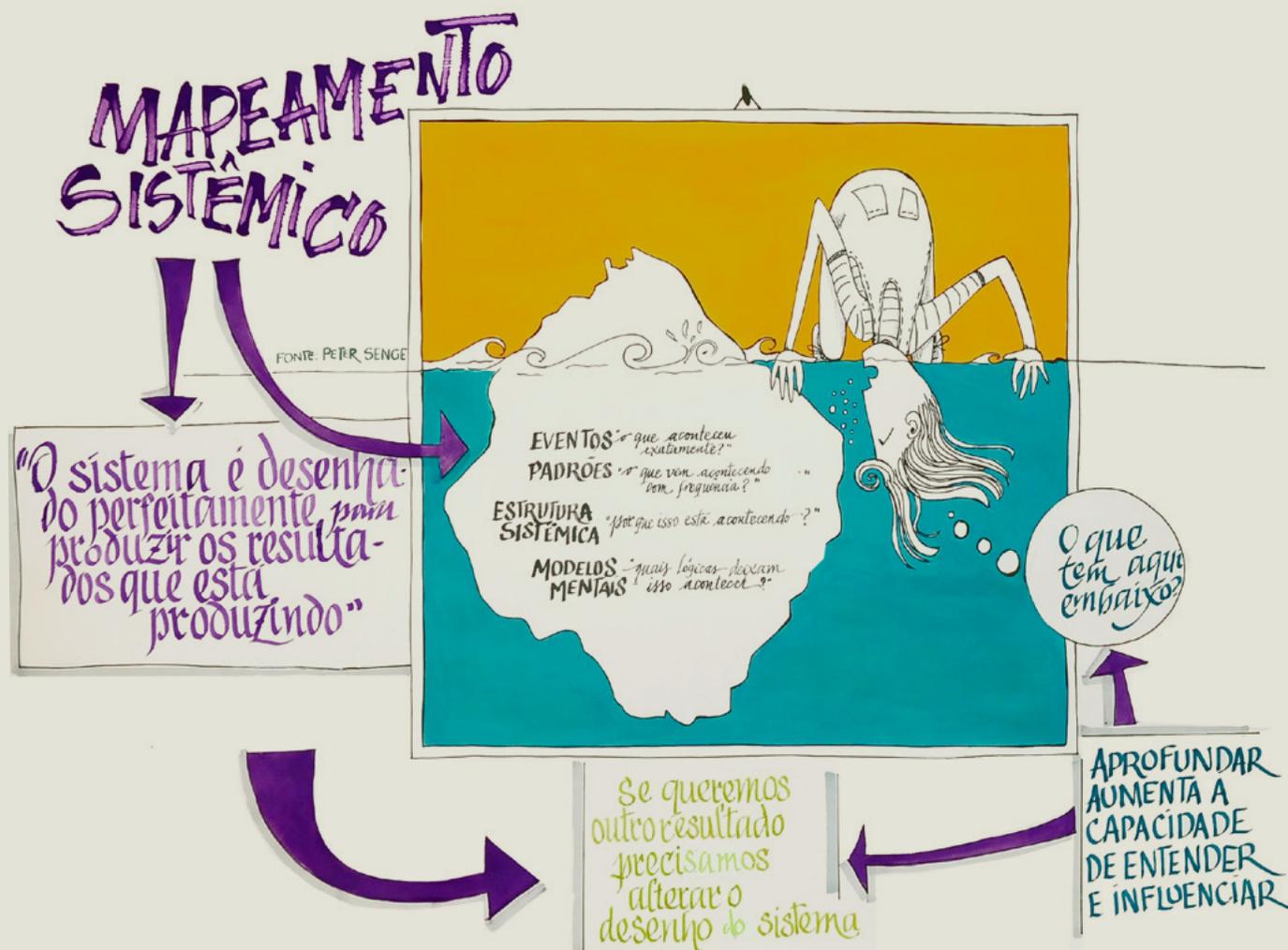
“A GENTE NÃO CONSEGUE AVANÇAR NESTA TEMÁTICA SOZINHO, A GENTE PRECISA FORMAR UMA REDE DE PARCEIROS!”

“É IMPORTANTE TER POLÍTICAS PÚBLICAS QUE APOIEM ESSE AGRICULTOR EM TRANSIÇÃO!”

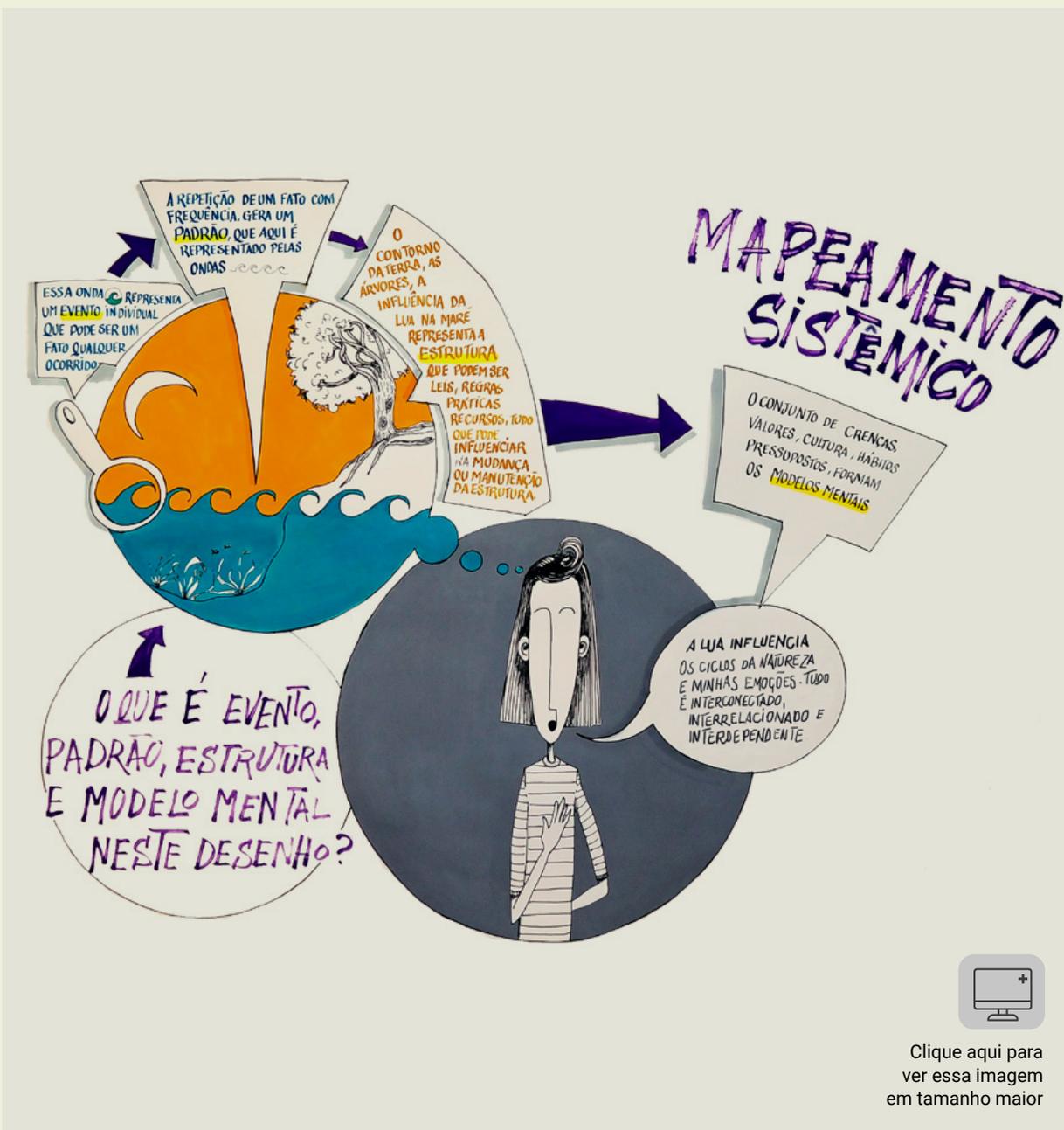


Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior

Nossa jornada metodológica começou com as bases do mapeamento sistêmico: a compreensão do que são estruturas e modelos mentais, padrões e eventos. E então identificamos as estruturas e modelos mentais que, segundo nossos participantes, mantêm ou pioram a situação atual dos sistemas alimentares municipais, e aquelas que contribuem para a sua melhoria ou transformação. Sempre tendo como visão sistemas alimentares mais justos, saudáveis e sustentáveis.



Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior



“

OBSERVAR A REAL ESTRUTURA DA AGRICULTURA FAMILIAR É DE SUMA IMPORTÂNCIA, POIS ASSIM PODEREMOS TRAÇAR MELHOR UM PLANEJAMENTO BASEADO NO DIÁLOGO ENTRE O GOVERNO, SOCIEDADE CIVIL E OS AGRICULTORES, VISANDO APROVEITAR O MÁXIMO DOS PRODUTOS PRODUZIDOS. DESSA OFICINA FICA A APRENDIZAGEM DE ENTENDER O TODO E NÃO SOMENTE O QUE SE ESTÁ À VISTA

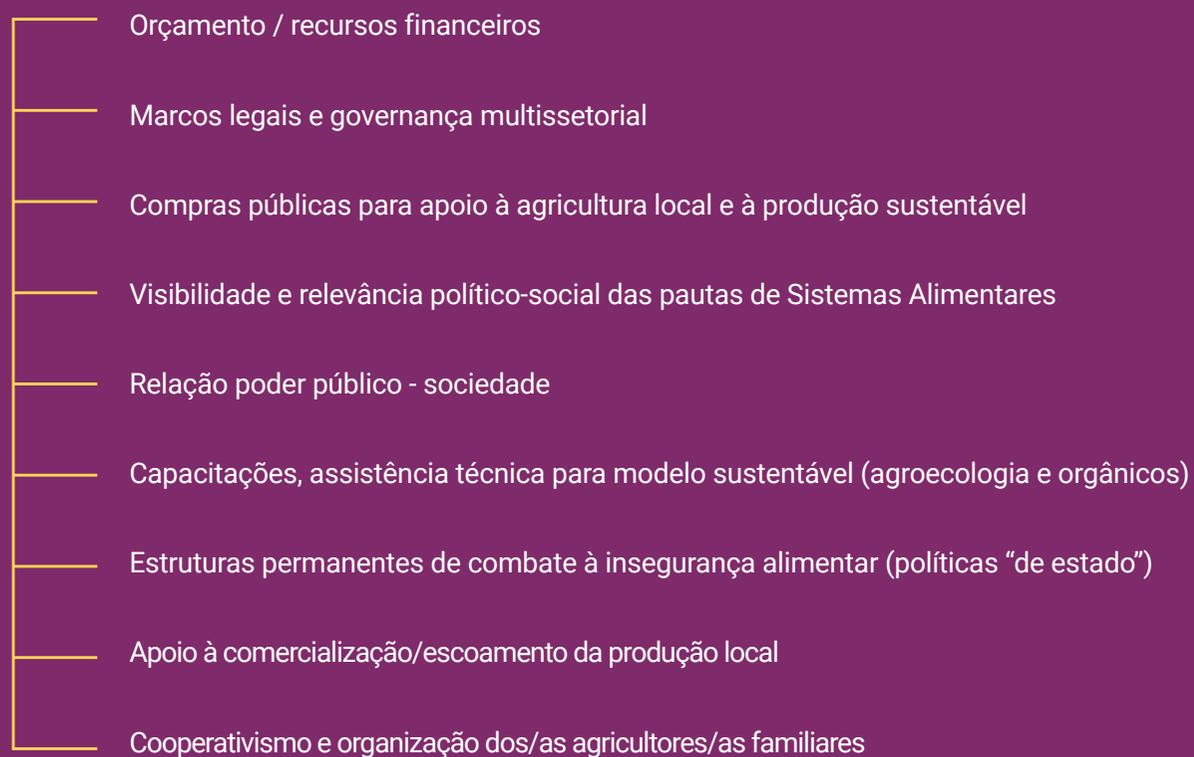
”

PAULO CESAR MONTEIRO

representante da sociedade civil de Maracanaú - CE

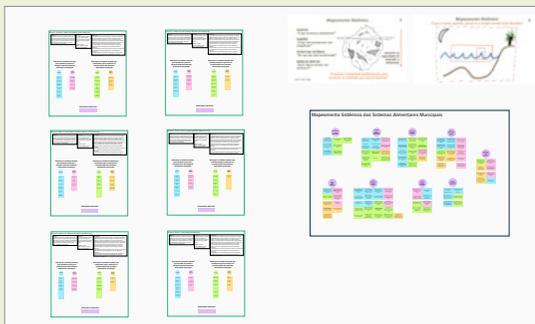
DIA #3

Nossa terceira oficina foi dedicada a aprofundar o levantamento das questões apontadas no mapeamento sistêmico da oficina anterior. Consolidamos esses apontamentos, identificamos as convergências, e assim, definimos os agrupamentos ou categorias principais desses modelos mentais e estruturas indicados:

- 
- Orçamento / recursos financeiros
 - Marcos legais e governança multissetorial
 - Compras públicas para apoio à agricultura local e à produção sustentável
 - Visibilidade e relevância político-social das pautas de Sistemas Alimentares
 - Relação poder público - sociedade
 - Capacitações, assistência técnica para modelo sustentável (agroecologia e orgânicos)
 - Estruturas permanentes de combate à insegurança alimentar (políticas "de estado")
 - Apoio à comercialização/escoamento da produção local
 - Cooperativismo e organização dos/as agricultores/as familiares



Clique aqui para
ver essa imagem
em tamanho maior



Passamos então ao exercício de priorizar áreas de mais impacto para a transformação dos sistemas alimentares municipais, para definir quais delas, se investirmos ou colocarmos esforço, energia e recursos, proporcionarão um impacto maior na transformação do sistema. Da lista acima, foram selecionadas 3 categorias prioritárias, nesta ordem: orçamento e recursos financeiros, estruturas permanentes de combate à insegurança alimentar, e capacitação e assistência técnica para modelo sustentável.



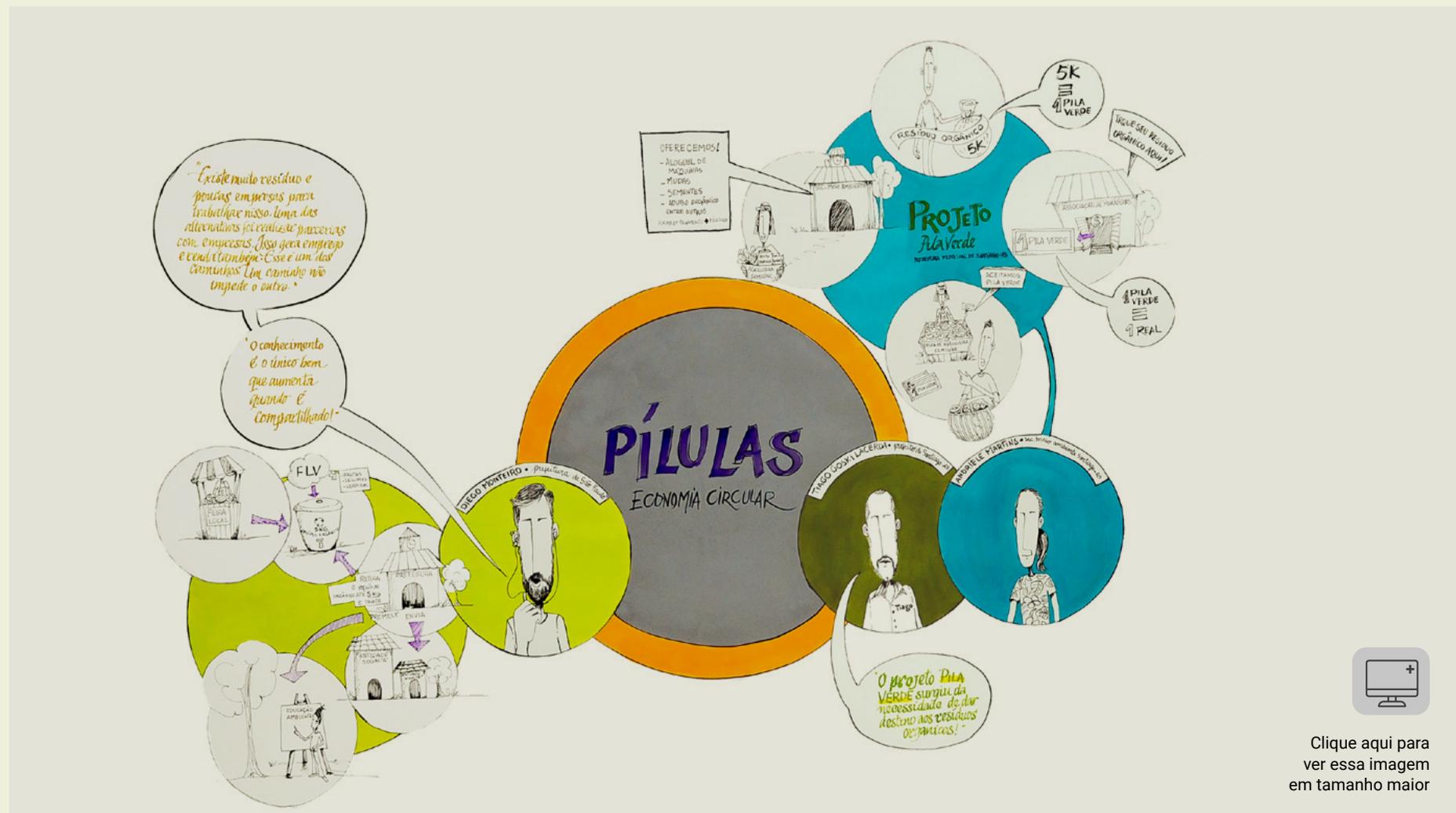
Clique aqui para
ver essa imagem
em tamanho maior



Na nossa jornada temática, dedicamo-nos ao desenvolvimento circular, e conversamos sobre o papel do poder público municipal para ajudar a fortalecer as iniciativas de circularidade como a compostagem, gestão de resíduos sólidos, o combate ao desperdício de alimentos, a forma com que se pode incidir na cadeia de produção e consumo, entre outros.

A Chamada para o debate teve como tema: “Como governos municipais podem incluir a circularidade nos seus sistemas alimentares?” e foi conduzida por Elizabeth Moura, Coordenadora Regional de Desenvolvimento Circular do ICLEI América do Sul.

Participaram das exposições nos grupos paralelos de debate as experiências de São Paulo, com o Projeto Pátios de Compostagem, que realiza a compostagem de resíduos orgânicos oriundos de feiras e poda urbana em 5 pátios de compostagem descentralizados com capacidade total de 10ton/mês; de Florianópolis, com o Programa de Compostagem; de Araraquara, com o projeto da Padaria Solidária e o Banco de Alimentos; e de Petrolina, com a Central de Cidadania Agroalimentar.

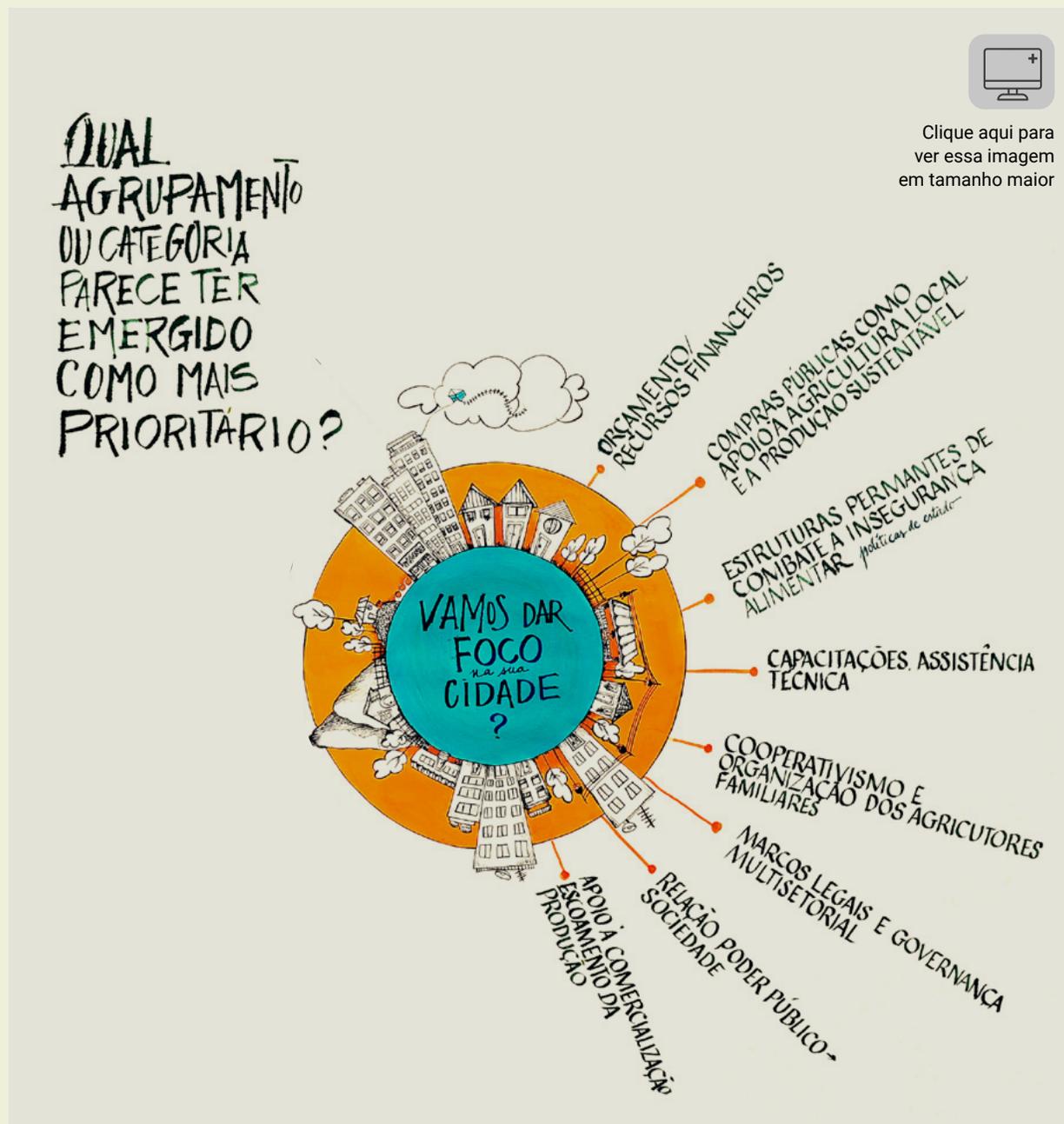


Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior

DIA #4

Nossa quarta oficina foi sobre resiliência climática e a produção local de alimentos, e refletimos sobre o papel do poder público municipal para mitigar a vulnerabilidade que produtoras e produtores de alimentos enfrentam no território, em razão das adversidades climáticas cada vez mais presentes.

Em nossa jornada metodológica, partimos para a identificação, por cada cidade, das áreas de mais impacto para a transformação de seu sistema alimentar, refinando a dinâmica realizada na oficina anterior. Introduzimos o racional de que a definição dessa ou dessas áreas principais era uma condição para elaborar um projeto ou ação de impacto - ou identificar uma ação ou projeto já existente - que pudesse catalisar a mudança necessária.



Para nos trazer uma Pílula de Inspiração convidamos Márcio Macedo Costa, do Departamento de Meio Ambiente do BNDES, com foco em operações de financiamento de restauração florestal. E a Chamada para o Debate foi feita por Maitê Maronhas, ex-assessora da Articulação Semiárido Brasileiro para o P1+2 (Programa Uma Terra e Duas Águas) e para o programa Sementes do Semiárido.

Debatemos também sobre de que modo influenciar o consumo e gerar demanda por alimentos locais e mais resilientes podem ser igualmente uma estratégia de segurança alimentar.

Participaram das exposições nos grupos paralelos de debate, as experiências do Instituto Socioambiental (ISA) sobre o projeto Cantina Terras do Meio que busca fortalecer as cadeias produtivas da floresta nas terras indígenas e reservas extrativistas do médio Xingu; do Projeto Mão na Jaca, um coletivo

PÍLULAS
de inspiração

MÁRCIO MACEDO COSTA - BNDES

nos candidatamos como cidade mentora no LUPPA para fazer essa troca de experiências com as cidades, para crescermos juntos, sempre com o objetivo de vencer esses desafios que nós enfrentamos no dia a dia e para facilitar o acesso da população à alimentação saudável.

ressalto a importância de manter esses relacionamentos entre as cidades e participar ativamente no LUPPA.

esperamos conseguir passar nossa experiência, mas também aprender com vocês.

Quando se fala de políticas públicas alimentares vamos para um nível de importância e relevância gigantesco.

posso imaginar que existem demandas de equipamentos, infraestrutura, capacitação, coisas relacionadas a energia, transporte, apoio ao produtor, informação ao consumidor, são tantas coisas diferentes.

a LUPPA está no caminho certo em apontar e fazer a integração destes temas. O BNDES trabalha sob demanda e estamos aqui para atender elas.

MAITÉ MARONHAS - PREFEITURA CURITIBA

a demanda dos municípios e dos estados é que pode fazer com que instituições como o BNDES, na sua prática de contratação possa arquitetar, estruturar formas de apoio seja usando recursos reembolsáveis de crédito ou não reembolsáveis através de fundos de apoio.

essa é a mensagem PRINCIPAL

DEMADEM o BNDES, façam com que essas necessidades dos municípios ou dos produtores sejam trazidas para que possamos ajudar a estruturar.

[Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior](#)



Clique aqui para
ver essa imagem
em tamanho maior

DIA #5

Nossa quinta oficina foi sobre agricultura urbana, hortas comunitárias e hortas escolares no desenho dos sistemas alimentares locais.

A jornada temática - onde estimulamos a troca de experiências entre as cidades do LUPPA - teve como foco o desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana, e debatemos o papel do poder público municipal no fortalecimento das iniciativas de agricultura dentro da cidade.

Para compartilhar sua experiência e trazer uma Pílula de Inspiração, convidamos a prefeitura de Rio Branco para nos contar sobre o apoio municipal à agricultura urbana, e ouvimos uma fala inspiradora do Prefeito da cidade, que destacou a importância das hortas comunitárias e escolares para o desenho da cidade, tanto do ponto de vista da recuperação de áreas degradadas quanto como ferramenta pedagógica, ou seja, como parte do projeto de segurança alimentar.



Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior

A Chamada para o Debate foi feita por Daniela Adil, coordenadora do Grupo de Estudos em Agricultura Urbana AUÊ!, vinculado ao Instituto de Geociências/Universidade Federal de Minas Gerais, e ex-Diretora de Fomento em Agricultura Familiar, Agricultura Urbana e Abastecimento, da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte.



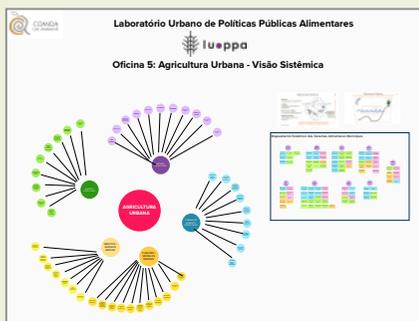
Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior

As exposições nos grupos paralelos de debate foram conduzidas pelas 3 cidades mentoras, Recife, Curitiba e Belo Horizonte, que compartilharam seus programas de suporte à agricultura urbana de base agroecológica.

Durante a oficina, aproveitamos o exemplo da agricultura urbana, um tema de competência municipal e grande complexidade, para evidenciar como um programa ou área de atuação do poder público municipal pode ter a alimentação saudável e sustentável como foco e se abrir para infinitas possibilidades de funções, impactos e abordagens. Analisamos também quais destes aspectos correspondem a estruturas e quais correspondem a modelos mentais, e assim visualizamos melhor essa mandala de opções que nos traz o investimento público em agricultura urbana.



Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior



“

FOI UNÂNIME A CITAÇÃO DO PNAE E A NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DESSA POLÍTICA. OUTRA QUESTÃO COLOCADA FOI A IMPLEMENTAÇÃO DO BANCO DE ALIMENTOS, QUE É UMA INICIATIVA MUITO FORTE E PODEROSA PARA EVITAR DESPERDÍCIOS

”

ROBERLÂNDIA DA SILVA

representante da prefeitura de Caruaru - PE

Na nossa jornada metodológica, seguimos com a evolução do mapeamento dos sistemas alimentares municipais e suas alavancas de transformação, convidando todos os participantes a debaterem sobre a seguinte questão: “Qual projeto, iniciativa ou ação teria o maior impacto na transformação do sistema alimentar municipal da sua cidade, a fim de que este fosse mais justo, saudável e sustentável? Pode ser uma iniciativa nova, ou uma já existente que mereça ser fortalecida, para ser mais colaborativa e incluir abordagem sistêmica.”



Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior

DIA #6

Nossa sexta oficina foi sobre educação alimentar e nutricional, tema bastante afeto às áreas de saúde e educação, mas também a todas as áreas e programas que trabalhem e fomentem a alimentação saudável e sustentável, com foco não apenas no momento presente, mas no futuro da alimentação de todas as cidadãs e cidadãos.

Em nossa jornada metodológica, continuamos a trabalhar com o mapeamento dos sistemas alimentares municipais e suas alavancas de transformação. A novidade dessa oficina foi o compartilhamento de uma ferramenta desenvolvida pelo LUPPA⁴, para a construção de uma rota para o planejamento dos sistemas alimentares municipais, propondo a revisão e avanço no desenho do projeto ou iniciativa de maior impacto na transformação do sistema alimentar de cada cidade, identificado na oficina anterior.

ROTA de planejamento alimentar

VAMOS CONSOLIDAR TUDO O QUE VIMOS ATÉ AQUI EM UM PLANO EM UM PROJETO

CONCRETIZAR A AÇÃO QUE PODE GERAR O MAIOR IMPACTO SISTÊMICO PARA ALAVANCAR OUTRAS MUDANÇAS NECESSÁRIAS

ESSE DOCUMENTO + A PLANILHA DE DIAGNÓSTICO É UMA **BAGAGEM DE FERRAMENTAS** QUE SERÁ UTILIZADA AGORA E TAMBÉM PARA O PLANEJAMENTO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DOS MUNICÍPIOS

PARA ISSO APRESENTAMOS UM MODELO QUE PODE SER ADAPTADO PARA CADA CIDADE

ele foi pensado para trabalhar em conjunto

CONSELHOS

PARA QUE POSSA SER **LEGITIMADO** PELAS PARTES INTERESSADAS

CLIQUE AQUI PARA VER ESSA IMAGEM EM TAMANHO MAIOR

⁴ Essa ferramenta foi adaptada de uma ferramenta co-formulada pelo ICLEI no âmbito do projeto IFWEN/SUGI-Nexus. A partir desse insumo, aportes e conceitos foram trazidos pela Reos Partners, e adaptações foram feitas pela equipe LUPPA de acordo com os objetivos do LUPPA e as dinâmicas realizadas com os participantes.

Sugerimos que todos pensassem sobre quais setores da administração pública e atores interessados deveriam estar envolvidos neste projeto. Convidamos também as cidades a definirem uma meta atingível ainda na primeira edição do LUPPA, que se encerra em setembro de 2022.

Nossa jornada temática teve como foco a educação alimentar e nutricional. Debates sobre o papel do poder público municipal na formação de ambientes alimentares mais saudáveis e inclusivos, no apoio à formação de hábitos alimentares saudáveis e sustentáveis nas escolas

e em unidades de assistência social, no uso pedagógico de hortas e na relação com as culturas alimentares locais.

A Chamada para o Debate foi feita por Kelly Alves, consultora em políticas públicas de alimentação e nutrição da organização ACT Promoção da Saúde, que aprofundou as boas práticas nos grupos paralelos de debate. As exposições nos grupos foram também conduzidas por Niterói e Santarém, que trouxeram mais detalhes sobre seus programas de educação alimentar e nutricional. Ambos os municípios apresentaram a importância da intersetorialidade de seus programas e ações.

QUAL O PAPEL DOS GOVERNOS MUNICIPAIS PARA A EDUCAÇÃO ALIMENTAR

9 PRINCÍPIOS-EAN

ABORDAGENS SOBRE EAN

1946
PRECONCEITUOSA
DESCONTEXTUALIZADA
COMO PRÁTICA PRESCRITIVA
DE CULPABILIDADE
dos indivíduos
NUTRÍLOGO

2012
TODOS OS SETORES DA GESTÃO MUNICIPAL PODEM SER PROTAGONISTAS
AGENTE DA SAÚDE PÚBLICA
MÚLTIPLA E INTERSETORIAL

DEFENDEMOS
EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE PRÁTICA CONTÍNUA E PERMANENTE
TRANSDISCIPLINAR
INTERSETORIAL
Multiprofissional
AUTÔNOMA
e
VOLUNTÁRIA
de hábitos alimentares saudáveis

1 DIVERSIDADE DE CENÁRIOS DE PRÁTICA
2 INTERSETORIALIDADE
3 SUSTENTABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E ECONÔMICA
4 PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO
5 PARTICIPAÇÃO ATIVA E INFORMADA DOS SUJEITOS
6 PROMOÇÃO DE AUTOCUIDADO
7 VALORIZAÇÃO DA CULINÁRIA ENQUANTO PRÁTICA EMANCIPATÓRIA
8 VALORIZAÇÃO DA CULTURA ALIMENTAR LOCAL
9 SISTEMA ALIMENTAR E SUA INTEGRIDADE

Chamada PARA O DEBATE
por Kelly Alves
DOUTORA EM SAÚDE COLETIVA

INVESTIGAR
MAPEAR
FOMENTAR
CONHECER O TERRITÓRIO

Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior



Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior

DIA #7

Na sétima oficina do LUPPA, elaboramos um pouco mais sobre os projetos de impacto, o qual chamamos de “projeto âncora”, e nos apoiamos para avançar em seus desenhos, colaborando uns com os outros na identificação de temáticas centrais e partes interessadas em cada município.

Plano de planejamento alimentar



CADA CIDADE TEM A SUA
REALIDADE E A
FERRAMENTA
DEVE SER ADAPTIADA

ELA FOI PENSADA
COM BASE EM
POLÍTICAS PÚBLICAS

TEM O INTUITO DE PENSAR A AÇÃO
DE IMPACTO QUE SERÁ DEFINIDA
ATÉ O FINAL DAS ATIVIDADES

AJUDA A CONSOLIDAR O
COMPROMISSO ASSINADO
PELAS PREFEITURAS EM AÇÕES
DE IMPACTO DE CURTO, MÉDIO
E LONGO PRAZOS



Clique aqui para
ver essa imagem
em tamanho maior

Já a nossa sessão temática de partilha de experiências abordou políticas estruturais de combate à insegurança alimentar nos municípios, tema urgente e necessário, dada a crescente escalada de insegurança alimentar pelo País, especialmente após o início da pandemia de Covid-19. Durante a sessão, debatemos como governos municipais devem priorizar não apenas medidas emergenciais ou momentâneas, mas formular ações estruturantes, que garantam resiliência da cidade aos períodos de dificuldades econômicas mais acentuadas, bem como um acesso contínuo e crescente da população à alimentação saudável e sustentável.

Quem atua na área da assistência social sabe que quando “tudo está pior”, é o momento em que mais se trabalha “na ponta”. Como, então, gestores e gestoras municipais podem desenhar e ancorar seus programas e ações para que mesmo em momentos mais desafiadores o direito universal à alimentação e nutrição adequadas seja plenamente garantido? O que é inovação em matéria de política de combate à insegurança alimentar?

“

O DESTAQUE QUE FAÇO É PARA A POSTURA DE RESILIÊNCIA QUE TEM SIDO ADOTADA PELAS EQUIPES DOS MUNICÍPIOS PARA MANTER A REDE DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL FUNCIONANDO, PARA CONTINUAR MANTENDO ESSE ATENDIMENTO, EMBORA TENHAMOS ENFRENTADO DESAFIOS SIGNIFICATIVOS

PATRICIA MARQUES

representante da prefeitura de Maracanaú - CE

”

A Chamada para o Debate foi feita por Tereza Campello, professora titular da Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis da USP e ex-Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que fez, uma das apresentações mais festejadas de nossas oficinas, segundo as avaliações dos participantes.



Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior

DIA #8

Na última oficina do LUPPA seguimos trabalhando com o desenvolvimento dos projetos-âncora, na escolha e planejamento de ação de impacto sistêmico, revisando o que foi feito na oficina anterior e avançado ainda mais em seu desenho. A continuação desse trabalho se dará nas reuniões bimestrais de acompanhamento, que ocorrerão de março a setembro de 2022.



Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior

Já a nossa sessão temática foi sobre estruturação da política alimentar - construção de planos estratégicos nos municípios, e tivemos um painel com as prefeituras de São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba, para compreender a experiência desses municípios na elaboração de seus planos estratégicos de SAN, em especial os desafios para construir e efetivar um planejamento que seja realmente intersetorial e focado em resultados tangíveis para a sociedade.

ESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA ALIMENTAR

BELORHORIZONTE
Darkiane

O PROCESSO É DESAFIADOR. UM DOS DESAFIOS É O CARATER INTERSETORIAL DA POLÍTICA. CONSTRUIR UMA ESTRATÉGIA ORGANIZADA, PLANEJADA, PARA ALCANÇAR OS RESULTADOS DE MONITORAMENTO E DE ACOMPANHAMENTO É EXTREMAMENTE IMPORTANTE!

CURITIBA
Felipe

A NOSSA MÁXIMA É BUSCAR A HÉLICE QUADRUPLA, ESSE É O NOSSO MANTRA. PRECISAMOS DE TODOS OS SETORES DA SOCIEDADE TRABALHANDO JUNTOS! UMA CONSTRUÇÃO DE IMPACTO NA PONTA EXIGE ESSA UNIÃO DE ESFORÇOS.

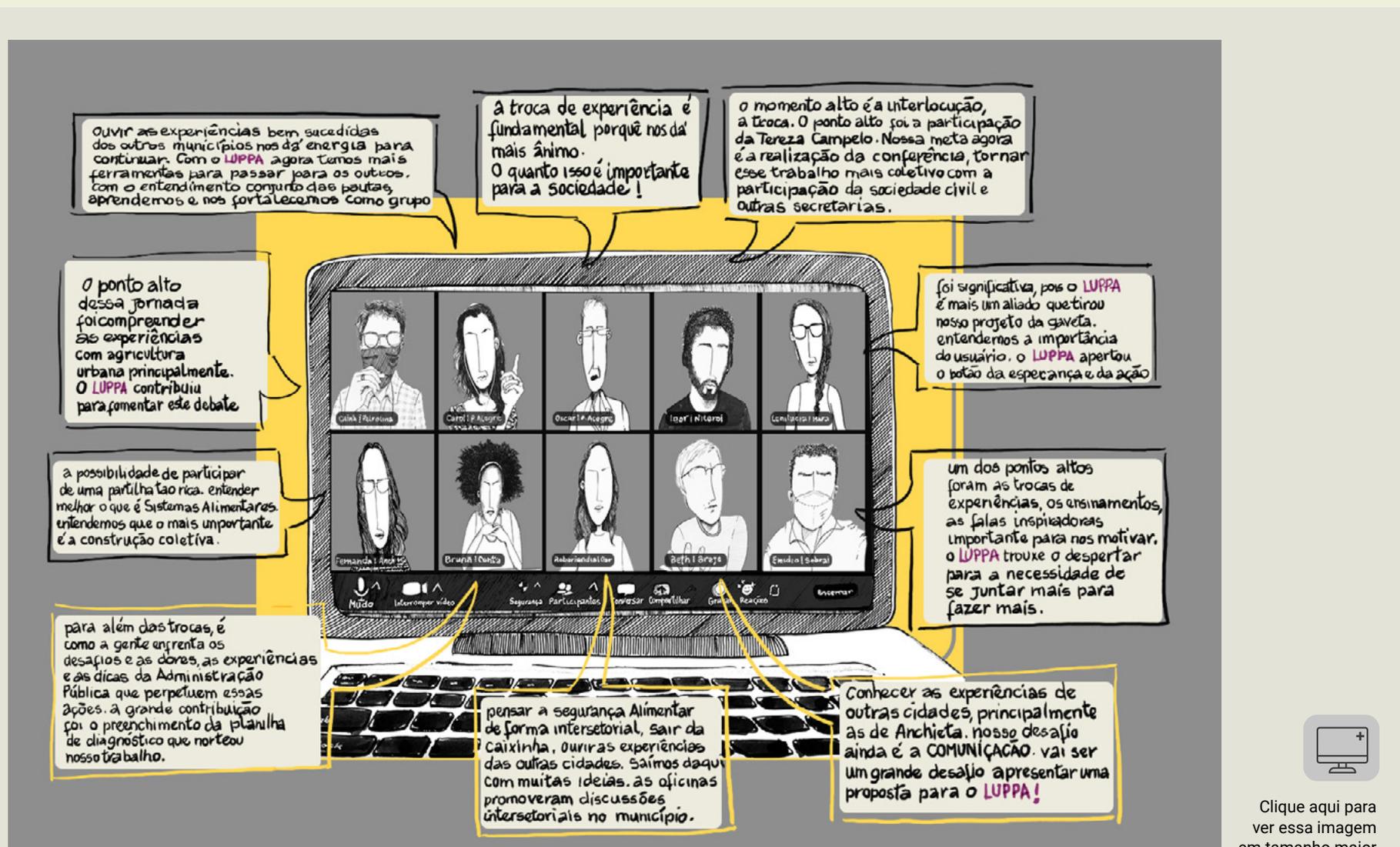
SÃO PAULO
Vera Villela

A COMUSAN (CONSELHO MUNICIPAL ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SÃO PAULO) É O PRINCIPAL CANAL DE PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA DA POPULAÇÃO DE SÃO PAULO. UM DAS NOSSAS MISSÕES É CONSTRUIR ARTICULAÇÃO ENTRE GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL E UM DOS NOSSOS MAIORES DESAFIOS É O ORÇAMENTO E A PARTICIPAÇÃO DAS CONSULTAS PÚBLICAS E DAS AUDIÊNCIAS E PROGRAMAS DE METAS.

FALA!
cidades mentora

Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior

O encerramento da oficina contou com uma grande avaliação da jornada LUPPA e o seu significado para cada um das e dos participantes.



Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior

Além das oficinas do LAB, seminários paralelos foram oferecidos pelas instituições parceiras do LUPPA, ampliando a quantidade de horas dedicadas à partilha de conhecimento e interação sobre questões urgentes dos sistemas alimentares. Os 6 seminários realizados foram:

1) Alimentação Sustentável

oferecido por Humane Society International e Alimentação Consciente Brasil;

2) Sistemas alimentares agroflorestais em diálogo com as políticas de segurança alimentar e nutricional

oferecido por WWF Brasil;

3) Sistemas Alimentares e Planejamento Municipal

oferecido pela Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Curitiba;

4) Ambiente Alimentar, Cidades e Diálogos com as Políticas Públicas no Brasil

oferecido pelo Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Ambiente Alimentar e Saúde (GEPPAAS) da Universidade Federal de Minas Gerais;

5) Agroecologia na Cidade: Como Planejar?

oferecido pela Secretaria Executiva de Agricultura Urbana da Prefeitura do Recife;

6) Agricultura Urbana, Abastecimento Alimentar e Acesso à Alimentação Saudável

oferecido pela Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e Cidadania de Belo Horizonte.



foto: Acervo Prefeitura de Natal - RN



**INICIATIVAS
QUE INSPIRAM:
PROGRAMAS DE
REFERÊNCIA DAS
CIDADES LUPPA**

AS INFORMAÇÕES E DADOS DAS
EXPERIÊNCIAS AQUI NARRADAS
FORAM FORNECIDOS PELAS CIDADES
PARTICIPANTES. O LUPPA NÃO
PRETENDEU DESENVOLVER UMA
PESQUISA PROPRIAMENTE DITA
ACERCA DESSAS CIDADES,
MAS TRAZER AS EXPERIÊNCIAS
COMPARTILHADAS DURANTE
AS ATIVIDADES DE PARTILHA E
MAPEAMENTO SISTÊMICO DO 1º LAB.

ALVARÃES - AM



16 mil habitantes (estimativa 2021) 5.923 km²

Localizado a 531 quilômetros da capital Manaus, Alvarães é um pequeno município amazonense, onde a grande maioria da população é formada por povos indígenas e ribeirinhos, que têm um destacado papel no desenvolvimento de atividades econômicas e de subsistência na região. São pelo menos dez povos indígenas que vivem em territórios localizados no município.

Banhada pelo rio Solimões, chamam a atenção as atividades econômicas desenvolvidas em Alvarães, que guardam relação com a preservação de espécies em extinção e com a preservação do bioma local, visto que as atividades extrativistas dependem disso. A economia local é baseada na produção de farinha de mandioca, extrativismo do açaí e da castanha. A pesca tem um papel importante para o aporte proteico na região.

O manejo das espécies de pirarucu e tambaqui, consideradas em risco de extinção, contribui para a sua preservação. Porém, a cidade tem sofrido com as questões ambientais de alternância entre a seca e as enchentes, que colocou a perder plantações de banana e de mamão, além das perdas na produção de melancia e de verduras. Este cenário propicia a migração de famílias de produtores do campo para a cidade, o que preocupa o poder executivo por não haver estrutura que comporte essa mudança populacional.

Para tentar driblar essa situação, criar alternativas que possam amenizar e resolver algumas dessas dificuldades, a gestão municipal lança mão de uma estratégia de parceria e estreitamento das relações entre poder público e sociedade, o que é fundamental para identificar, valorizar e fortalecer as práticas voltadas aos sistemas

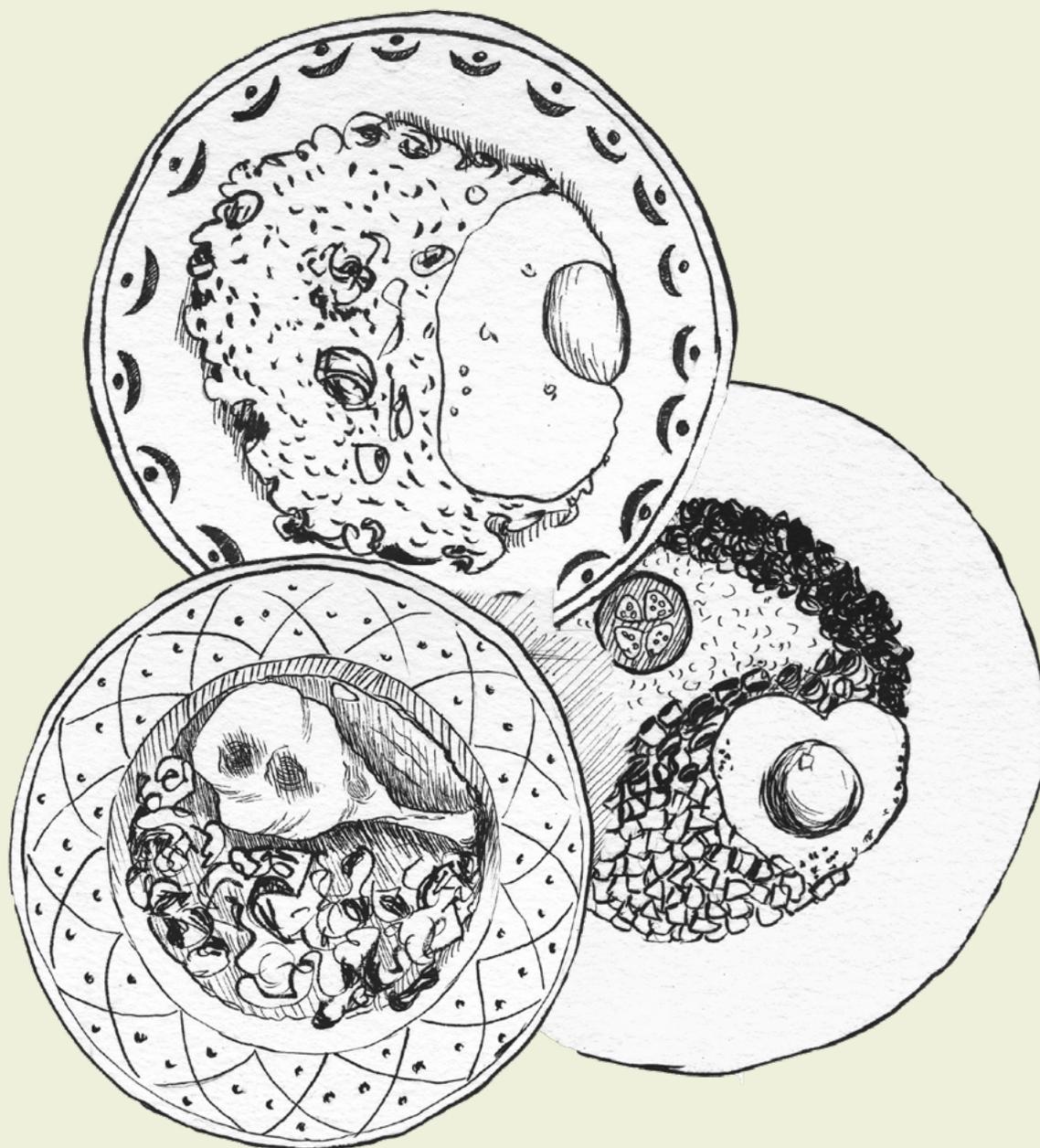


alimentares. Um dos gestores da prefeitura local também é indígena do povo Maiuruna e faz parte da cooperativa indígena Nova Esperança, contribuindo com a administração municipal para que a relação entre gestão e sociedade civil se estreite cada vez mais. Há algumas iniciativas interessantes por parte da sociedade civil, através de cooperativas, como é o caso do manejo do peixe pirarucu.

Um dos objetivos da gestão municipal é potencializar a produção de alimentos através do apoio a agricultores e indígenas na produção

desses alimentos, apoiando nos períodos de cheias ou de secas, quando uma parte da produção é perdida. A principal estratégia é a captação de recursos e execução de projetos de iniciativas locais, para incentivar atividades econômicas que propiciem a segurança alimentar e a circulação local de renda. A consolidação dessas experiências voltadas aos sistemas alimentares locais poderão levá-las a ter uma continuidade mais permanente, independente de quem esteja à frente da administração municipal.

Por ser um município localizado na Amazônia legal, as iniciativas em Alvarães também contribuem para uma perspectiva mais sustentável e circular, em meio a tantos riscos e desafios trazidos pela crise ambiental e seus impactos nos biomas e no planeta.



BELÉM - PA



1.506,420 mil habitantes (estimativa 2021) □ 1.059,466 km²

Belém, capital do Pará e porta de entrada comercial e cultural da Amazônia, possui um território continental ao qual se somam 39 ilhas, conferindo uma característica singular e complexa para a gestão das ações de SAN. A atual gestão municipal demonstra vontade política de pautar a SAN do município como uma de suas prioridades, valorizando a intersectorialidade das políticas alimentares e participação de diversas secretarias. A valorização da agrobiodiversidade local e dos produtos da floresta tem sido foco de trabalhos de conscientização para melhor aceitabilidade e consumo pela população em geral.

No tocante à alimentação escolar, o município conta com uma estrutura diferenciada para a implementação da alimentação escolar: a competência não cabe a uma secretaria de governo ou outro órgão da administração direta, mas a

uma autarquia: a Fundação Municipal de Assistência ao Estudante (FMAE). Apesar de possuir vinculação à Secretaria de Educação, a FMAE é um órgão independente. As compras do PNAE atingem cota de 30% de produtos da agricultura familiar, mas o objetivo é ir além e ampliar essa participação. A FMAE também está desenvolvendo um projeto de hortas escolares e compostagem e tem adesão de cerca de 40 escolas municipais.

Outro destaque é a parceria da cidade com o UNICEF por meio da participação na Plataforma dos Centros Urbanos (PCU) de 2017 a 2020. Foram realizadas diversas iniciativas com foco na proteção, no cuidado e na garantia de direitos de crianças e adolescentes, além de uma mobilização relacionada à migração de venezuelanos e à crise causada pela pandemia de Covid-19.



O cuidado com a alimentação e SAN esteve presente em várias dessas ações, dentre elas, a Semana do Bebê, que tem como tema central a amamentação e a alimentação infantil saudável, e contou com capacitações de técnicos e gestores locais para a metodologia dos 10 passos para amamentação e alimentação complementar saudável até os 2 anos. Outra ação presente é o Programa Crescer Saudável, desenvolvido pelas Secretarias Municipais de Saúde e de Educação e voltado para a prevenção da obesidade infantil e de adolescentes,

além de palestras de sensibilização sobre o tema da alimentação saudável para representantes escolas municipais do Programa Saúde na Escola e para técnicos das unidades de Estratégia de Saúde da Família. Na atenção aos migrantes venezuelanos houve a distribuição de alimentação, água potável, material de higiene e medicamentos, e também capacitação para os técnicos da rede municipal que trabalham diretamente com os indígenas waraos, migrantes da Venezuela.



BRAGANÇA - PA

 130 mil habitantes (estimativa 2021)  2.124 km²

Bragança, município localizado no nordeste do Pará, a pouco mais de 200 km de Belém, tem histórico de dedicação à pauta de SAN, com implantação do Conselho de SAN antes mesmo da adesão ao SISAN, nos anos 2000. Neste período, foi feita adesão ao SISAN, além da implantação da CAISAN municipal, do reforço da importância da continuidade das atividades do Conselho de SAN e a realização de Conferências Municipais de SAN, que, contudo, não se mantiveram a partir de 2015. Atualmente, as bases das políticas alimentares são o fortalecimento da agricultura familiar e a ampliação do acesso à alimentação adequada.

O fortalecimento da agricultura familiar ocorre pelo apoio técnico para produção e utilização de mecanismos de compras públicas de alimentos, especialmente pelo

PNAE e PAA. A diversificação da produção, inclusive de extrativismo e de quintais produtivos, é essencial nesta ação de fortalecimento. As compras institucionais auxiliam tanto no escoamento da produção quanto na melhor articulação dos produtores no território. Além disso, estas estratégias são importantes para manter as famílias agricultoras nas áreas rurais, evitando que migrem para a área urbana e passem a viver em maior vulnerabilidade social. O acesso à alimentação por grupos de maior vulnerabilidade tem sido garantido pelas ações do PAA, por meio das unidades dos CRAS, nas associações de bairro, e também por outras organizações assistenciais. O município tem buscado mais recursos para o PAA, também por emendas parlamentares.

Merece destaque uma experiência de fomento à agricultura familiar no



município através da implantação de viveiros de mudas frutíferas, um projeto que se iniciou em 2014/2015. Apesar da pandemia, o projeto vem sendo retomado para reunir grupos de produtores de determinada localidade, em geral das áreas rurais do município, com o intuito de construir viveiros de frutíferas nativas, em local escolhido de forma conjunta. A prefeitura oferece sementes, sacarias para produção das mudas e adubos, além de assistência técnica de acompanhamento. As sementes utilizadas e as mudas para

reflorestamento são distribuídas pela Secretaria Estadual de Agricultura.

No momento em que as mudas do viveiro estão prontas para o plantio, os agricultores e agricultoras responsáveis pelo viveiro se reúnem e distribuem as mudas para serem plantadas em suas propriedades.

Atualmente parte das agricultoras e agricultores começam a colher os frutos desta iniciativa, frutas que são utilizadas tanto para consumo próprio como também para comercialização via compras institucionais e feiras da agricultura familiar.



RIO BRANCO - AC



419,452 mil habitantes 8.835,154 km²

A capital do Acre, Rio Branco, tem um interessante exemplo de intersetorialidade de política alimentar, que envolve a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, a Secretaria de Meio Ambiente e a Secretaria de Agropecuária: o Programa de Hortas Comunitárias em terrenos baldios, instituído pela Lei N° 2.326 de 2019. O objetivo do programa é utilizar terrenos ociosos públicos ou privados, para o cultivo de hortaliças, legumes, plantas medicinais e ornamentais. A fiscalização e escolha dos terrenos é feita pela Secretaria de Meio Ambiente. Para cuidar destas hortas podem se candidatar pessoas com cadastro no CADUnico residentes em Rio Branco e entidades sem fins lucrativos com sede na cidade. A produção destas hortas é para consumo próprio, mas também destinada por meio de compras institucionais

aos beneficiários do Bolsa Família - assistidos pelos CRAS e entidades beneficiárias da assistência social. Os hortelões urbanos contam com assistência de cultivo convencional e orgânico, oferecido pela Secretaria de Agropecuária.

O município possui também o programa Feiras Livres da Agricultura Familiar Sustentável, que ganhou em 2019 o Prêmio Cidades Sustentáveis. A iniciativa conta na sua execução com Associações e Cooperativas locais, e com organizações como a Associação de Certificação Socioparticipativa da Amazônia, o WWF Brasil, o Instituto Federal do Acre, a Universidade Federal do Acre e a EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, atuando em diversas frentes e também de forma intersetorial.

A produção local proveniente do cinturão verde e das hortas do



Programa de Hortas Comunitárias é escoada para as feiras livres da cidade, com apoio logístico e na comercialização. A assistência técnica e disponibilização de equipamentos e insumos para os agricultores também é realizada no âmbito deste projeto. Assim, o programa facilita o acesso a alimentos locais e frescos para a população do município, e também auxilia na geração de renda das famílias agricultoras tanto pelo escoamento pelas feiras como pelo acesso aos programas PAA e PNAE.

O município conta com mais de 40 (quarenta) feiras livres, sendo 2 (duas) delas de produtos de base agroecológica, 12 (doze) mercados municipais, uma feira temática (Feira do Peixe e Agricultura Familiar/Semana Santa) e a central de abastecimento gerida pelo poder municipal e que atende a todo o Acre.

Uma peculiaridade é a logística complexa para acessar o município, fazendo com que haja uma alta importação de alimentos de países vizinhos, aumentando os custos com alimentação. Assim, a prefeitura tem investido nas capacitações e assistência técnica para aumentar a produção de alimentos locais. A Secretaria de Agropecuária, em parceria com EMBRAPA, SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) e Universidade Federal do Acre, oferece assistência técnica de apoio à produção, escoamento e comercialização, além de fornecimento de composto proveniente da compostagem do material verde e resíduos da agroindústria de polpas de frutas, e ainda, melhoramento na infraestrutura, como por exemplo, a malha viária.

Por conta da cultura extrativista, há um esforço de incluir produtos locais e tradicionais nas compras públicas do PAA e PNAE. A execução do PNAE no município trabalha não somente com produtores e produtoras de Rio Branco mas também com cooperativas de municípios vizinhos, diversificando e expandindo a abrangência dos benefícios.



SANTARÉM - PA



308,339 mil habitantes



17.898,389 km²

Santarém é uma pujante cidade amazônica localizada no Pará, na confluência dos Rios Amazonas e Tapajós. O poder municipal tem como foco ações de caráter transversal que mitiguem a insegurança alimentar e incentivem dietas sustentáveis ao mesmo tempo que contribuam para o desenvolvimento e fomento da produção da sociobiodiversidade local. O município faz parte da Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas (Catrapoa), criada e coordenada pelo Ministério Público Federal. A Catrapoa promove a compra de alimentos produzidos localmente, por pequenas unidades familiares, produtivas ou extrativistas, e por coletivos indígenas, a fim de melhorar a qualidade da alimentação escolar na rede pública. A atuação da Catrapoa também valoriza a biodiversidade e privilegia a cultura alimentar local, advogando por adequação nas legislações a essa realidade, além de apoiar o cadastramento de pequenos

produtores e extrativistas para atender às compras públicas, o que acaba fomentando a geração de renda na localidade.

A compra de alimentos pelo PAA em Santarém já acontece há aproximadamente 17 (dezessete) anos, e o município é um dos que realiza a maior execução do PAA federal no Brasil. As aquisições se destinam tanto para consumo interno nas instalações da Prefeitura, quanto para doação para instituições cadastradas. O PNAE também cumpre essa finalidade, estimulando a compra de produtos da agricultura familiar local, assim como de pescadores e extrativistas locais. A compra direta do PNAE hoje está em quase 30%.

A logística de distribuição de produtos da agricultura familiar apesar de complexa, por conta das características locais e amplitude do município, consegue atender as demandas e merece destaque, ainda



que investimentos futuros na frota sejam importantes para garantir atendimento a todas as escolas da rede de ensino. A Secretaria de Agricultura e Pesca atua diretamente na melhora da trafegabilidade e também no incentivo à produção familiar por meio de mapeamento, triagem para assistência técnica e doação de insumos e equipamentos. O município conta com equipe própria, mas também com técnicos da EMATER e do Instituto de Pesquisas Amazônicas (IPAM). A entrega dos alimentos da alimentação escolar é feita tanto diretamente pelas cooperativas nas escolas, quanto em

central logística da Prefeitura para recebimento ou na Unidade de Apoio à Distribuição da Agricultura Familiar, a depender do tipo de alimento e quantidades.

A alimentação escolar é considerada como uma oportunidade para o desenvolvimento local e para a Educação Alimentar e Nutricional. As hortas escolares são consideradas igualmente relevantes para estes pilares. O projeto das hortas escolares surgiu da necessidade de lidar com a rejeição dos alunos a alimentos frescos como verduras. A Secretaria da Educação com apoio de profissionais da Secretaria de Saúde criaram uma parceria com a cooperativa que fornecia alimentos frescos para uma das escolas do município, solicitando que também fossem enviadas mudas e sementes para iniciar uma horta escolar. A partir deste projeto piloto, começaram a intensificar as parcerias com as cooperativas que fornecem alimentos da agricultura familiar, com o intuito de realizarem uma assistência técnica nas escolas para implantação e manutenção das hortas.

Este modelo serviu de exemplo e as hortas escolares se expandiram. Atualmente, as escolas novas já contam com uma horta desde sua inauguração. Este processo estimula que os alunos valorizem os alimentos e levem esta visão também para suas casas e famílias. Também ficou claro que os alunos começaram a sentir vontade de ir para a horta e celebrar as colheitas. O custo da implantação das hortas escolares é arcado pela Prefeitura mas também conta com apoio do Ministério Público do Trabalho.

O sucesso das práticas de Educação Alimentar e Nutricional no município é atribuído ao envolvimento de diversos atores da sociedade e diferentes secretarias (Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura e Pesca, Secretaria de Educação e Secretaria de Saúde). Somam-se ações feitas neste âmbito, como cursos de treinamento para agricultores e cursos de aproveitamento integral de alimentos para a comunidade.





CONCLUSÃO

O primeiro LAB do projeto LUPPA foi um riquíssimo laboratório de trocas de experiências. A cada oficina, um grande tema conduzia as rodas de conversa nos grupos paralelos de debate, que proporcionavam troca de experiências e informações, tanto entre cidades do projeto quanto de experiências externas, convidadas a expor seus programas e ações.

O LAB realizado em formato virtual permitiu a participação de pessoas nos mais diversos territórios do país, com baixos custos envolvidos, o que certamente foi um ganho para o projeto. Por outro lado, dificultou a participação daqueles que não têm acesso pleno à internet - principalmente, na região Norte do país - bem como desafiou a capacidade de interação daqueles que estavam participando das oficinas em ambientes compartilhados. Nesse sentido, existindo a possibilidade de realizar a próxima edição do LUPPA em formato presencial, será importante

para permitir a dedicação integral dos participantes durante as atividades do LAB e para fortalecer o relacionamento entre os participantes da rede do LUPPA.

Os diversos temas tratados ao longo dos encontros reforçaram a relevância de se considerar a intersetorialidade e a participação social no desenho das soluções para segurança alimentar e nutricional. Vimos que não adianta tratar de agricultura, ou de saúde, ou de segurança alimentar, ou de geração de renda separadamente. É preciso pensar nos sistemas alimentares enquanto sistemas com inúmeras relações e interdependências. E não adianta tirar soluções prontas da prateleira. É preciso ouvir o que as populações realmente demandam e atentar para as experiências que já estão sendo conduzidas.

Nesse ponto, um desafio do projeto que certamente continuará recebendo bastante atenção nas próximas edições é a participação

da sociedade civil organizada, através de seus conselhos de controle social, preferencialmente o Conselho de SAN, quando instalado, e o seu engajamento efetivo com as atividades do LUPPA.

Alguns resultados desse primeiro LAB foram, entretanto, alentadores: em alguns municípios onde o diálogo governo-conselho era deficitário, a participação no LUPPA ajudou a consolidar laços e estabelecer relações necessárias e promissoras.

Colaborar é preciso.

E de fato, o primeiro LAB do LUPPA mostrou que iniciativas colaborativas são urgentes. E que as cidades potencializam suas capacidades através de processos de trocas, onde compartilham experiências, reconhecem suas conquistas e aprendem umas com as outras.

Mostrou também que a agenda dos sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis não é estranha aos municípios, muito pelo contrário. As gestões municipais querem cada

vez mais se apropriar do tema, desenvolver suas habilidades de trabalho verdadeiramente intersetorial, e querem assumir metas ousadas.

Uma ação importante do LUPPA foi conectar as cidades participantes com cidades "mentoras". Após a realização do LAB, 10 cidades foram selecionadas para receber mentoria, e estão desenvolvendo as atividades dos seus respectivos planos de trabalho com o apoio da cidade que lhes coube ser mentora. Em setembro de 2022, quando se encerrar a 1ª edição do LUPPA, poderemos avaliar os êxitos dessas cooperações mais estreitas.

Voltando às oficinas do LAB, uma importante estratégia metodológica foi garantir que os participantes também se reunissem em pequenos grupos para realizar o mapeamento sistêmico das dinâmicas de seus municípios no tocante à agenda alimentar. Foi a partir destes mapeamentos, foram identificadas questões

prioritárias para a transformação dos sistemas alimentares e as chamadas "alavancas de mudança". O passo seguinte foi criar uma rota para identificar ações de impacto, ou seja, iniciativas já existentes, ou que precisam ser planejadas, para alavancar a transformação do sistema alimentar e permitir a futura construção, consolidação ou revisão da política para a segurança alimentar e nutricional do município, de forma a promover saúde, justiça social e sustentabilidade - o "projeto âncora".

Algumas cidades já elaboraram seus projetos âncora, outras ainda estão na fase de construção. Esse exercício visa consolidar em cada cidade um ponto de partida para a transformação necessária, mas também visa exercitar o trabalho intersetorial, a construção de diálogos permanentes e consistentes entre agentes da administração pública, entre governo e sociedade civil, e, de uma forma mais ampla, entre atores dos sistemas alimentares.

Em setembro de 2022, quando se encerrar a 1ª edição do LUPPA, poderemos avaliar os êxitos e progressos dessas ações apontadas e entender melhor tanto gargalos quanto processos bem-sucedidos.

Desde já, entretanto, podemos fazer algumas análises e considerações a título de aprendizados do LAB de 2021.

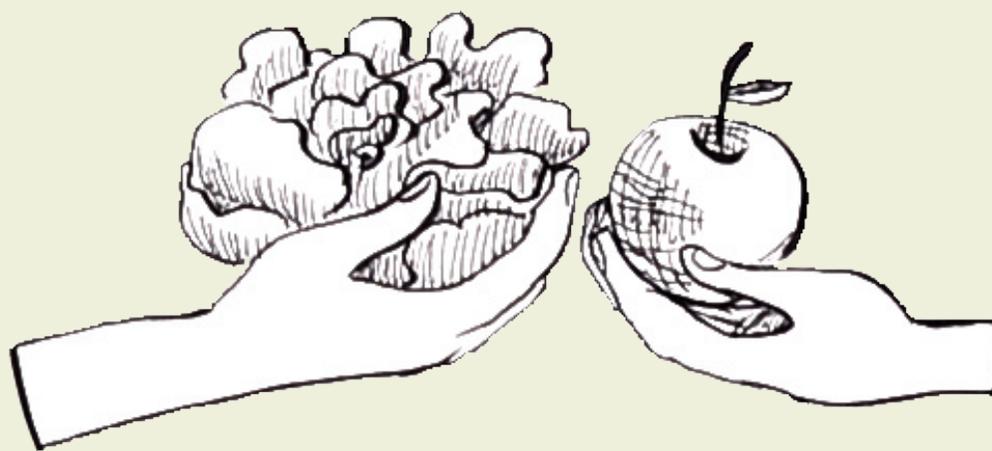
Sobre os desafios enfrentados pelos municípios, vale pontuar que muitas políticas federais de execução local estratégicas na agenda de SAN perderam considerável parcela de orçamento nos últimos anos, como o PAA, o Programa federal de Aquisição de Alimentos. Já o Programa Nacional de Alimentação Escolar - cujos repasses perderam de certa forma poder de compra com a crescente inflação do preço dos alimentos, teve sua execução severamente prejudicada pelo fechamento das escolas, medida necessária para o controle da pandemia de Covid-19.

Nesse contexto, quando apurados quais os principais desafios que os municípios julgam enfrentar hoje para atingirem sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, foram apontados, nessa ordem, os seguintes temas: orçamento/recursos financeiros; estruturas permanentes de combate à insegurança alimentar ("políticas de estado"); capacitação tanto das equipes da gestão quanto o oferecimento de cursos de capacitação para atores do sistema alimentar; e acesso à assistência técnica para transição agroecológica e modelos sustentáveis de produção de alimentos.

Apesar dos múltiplos desafios, existem muitas iniciativas inovadoras de municípios de diferentes tamanhos e territórios, e que não costumam ganhar muita visibilidade nacional.

É possível ver programas e iniciativas que cada vez mais assumem uma dimensão múltipla da segurança alimentar e nutricional, envolvendo aspectos de desenvolvimento circular com educação alimentar, de apoio a agricultura familiar com combate a desperdício de alimentos e combate à insegurança alimentar, e de valorização de dietas saudáveis e sustentáveis com o papel da bioeconomia.

Acreditamos que é na colheita destes encontros que encontraremos os melhores frutos para a segurança alimentar e nutricional das nossas cidades.





luoppa LAB URBANO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ALIMENTARES

**Idealização e
Coordenação Geral**



Correalização



Apoio



Parceria Metodológica



Apoio Institucional

Cidades Mentoras

1ª EDIÇÃO



**HUMANE SOCIETY
INTERNATIONAL**

